

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ELAÍNE ALMEIDA DE FARIA

**BAIXA PRODUTIVIDADE E DESIGUALDADE SOCIAL: OS DESAFIOS DO BRASIL
NO SÉCULO XXI**

Porto Alegre

2019

ELAÍNE ALMEIDA DE FARIA

**BAIXA PRODUTIVIDADE E DESIGUALDADE SOCIAL: OS DESAFIOS DO BRASIL
NO SÉCULO XXI**

Trabalho de conclusão submetida ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Economia.

Orientador(a): Dr. Glaison Augusto Guerrero

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Faria, Elaine Almeida de
Baixa Produtividade e Desigualdade Social: Os
desafios do Brasil no século XXI / Elaine Almeida de
Faria. -- 2019.
79 f.
Orientador: Glaison Augusto Guerrero.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Baixa Produtividade. 2. Desigualdade Social. 3.
Heterogeneidade Estrutural. 4. Brasil. 5. America
Latina. I. Guerrero, Glaison Augusto, orient. II.
Titulo.

ELAÍNE ALMEIDA DE FARIA

**BAIXA PRODUTIVIDADE E DESIGUALDADE SOCIAL: OS DESAFIOS DO BRASIL
NO SÉCULO XXI**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, 12 de dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Glaison Augusto Guerrero – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Octavio Augusto Camargo Conceição

UFRGS

Profa. Dra. Fernanda Oliveira Ultremare

UFRGS

*À memória dos meus avós maternos:
José Olímpio dos Anjos e Ana Cabral de Almeida
À memória do meu avô paterno,
Domingos Soares de Faria*

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos e minha eterna gratidão a minha mãe, pela compreensão e carinho, mesmo em momentos como este não sendo possível estar presente fisicamente para acompanhá-la.

A meu pai por me ensinar a resiliência, tudo na vida tem um porquê. Estamos de passagem e enquanto aguardamos o próximo “ônibus, trem, voo...” que possamos esperar com complacência, adaptando em cada ponto de chegada ou partida.

Agradeço a meu namorado, parceiro, companheiro e amigo Rainer De Alencastre Loss Rodrigues: Obrigada pelos inúmeros conselhos, incentivos e puxões de orelha sempre que estava desanimada com a vida, inclinada a desistir e partir.

As minhas tias, em especial a Liliane Aparecida de Faria.

A Energia do Pai Supremo, Deus. E, em especial ao meu orientador: Glaison Augusto Guerrero pela disposição e paciência nos últimos dias.

*"Produtividade não é tudo, mas no longo prazo é
quase tudo".*

(Paul Krugman)

RESUMO

O pensamento estruturalista da escola cepalina elucida a dinâmica entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, suas assimetrias, reprodução e evolução de variáveis, que vão além da assimetria tecnológica entre os países ricos e pobres. No Brasil, frente as tentativas, sem muito sucesso dos últimos governos em aplicar ajustes fiscais e políticas monetárias, a retomada do crescimento econômico ainda continua sendo desafio. Contudo, o aumento da produtividade e redistribuição de renda tornam-se essenciais para alavancar o crescimento e torná-lo autossustentado. Entretanto, a presença de uma heterogeneidade estrutural nas economias de países em desenvolvimento, como o Brasil, que apresentam a coexistência de setores e segmentos modernos com atrasados e ampla assimetria na estrutura produtiva, somados a uma infraestrutura precária e um baixo investimento em pesquisa e desenvolvimento, tornam obstáculos para o desenvolvimento econômico do país. Diante dos problemas estruturais, as políticas fiscais e monetárias aplicadas podem apresentar um efeito adverso com pouco efeito para a retomada do crescimento. Explicações para os fenômenos atuais políticos, econômicos e sociais podem ser encontrados no pensamento cepalino, especificamente na abordagem de heterogeneidade estrutural, esta por sua vez, pode afetar variáveis como produtividade e desigualdade social, visto os conflitos distributivos entre as camadas da pirâmide populacional.

Palavras-chave: Mudança estrutural. Distribuição de renda. Produtividade. Déficit. América Latina. Brasil.

ABSTRAC

ECLAC Think structural thinking elucidates the dynamic between developed and underdeveloped countries, their asymmetries, reproduction and evolution of variables, which go beyond the technological asymmetry between rich and poor countries. In Brazil, facing the attempts, without much success of the last governments to apply fiscal adjustments and monetary policies, resuming economic growth remains a challenge. However, increased productivity and income redistribution become essential to leverage growth and make it self-sustaining. So, the presence of structural heterogeneity in the economies of developing countries, such as Brazil, which has the coexistence of modern and lagging sectors and widespread asymmetry in production structure, coupled with poor infrastructure and low investment in research and development, make obstacles to the country's economic development. Faced with structural issues, the fiscal and monetary policies applied may have an adverse effect with little effect on growth recovery. Explanations for current political and economic phenomena can be found in ECLAC thinks, specifically in the structural heterogeneity approach, which in turn can affect variables such as productivity and social inequality, given the distributive conflicts between the layers of the population pyramid.

Key Words: Structural changes. Income distribution. Productivity. Deficit. Latin America. Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Produtividade do Trabalho e Estrutura Produtiva Centro e Periferia.....	26
Figura 2 – América Latina (17 países): Estrutura da população ocupada segundo nível de produtividade e sexo, em torno de 2014.....	29
Figura 3 – Produtividade e Índice de Gini, 2014.....	30
Figura 4 – Evolução da Produtividade Média do Trabalho 1986-2010 (1986 =100)	35
Figura 5 - Balança Comercial Agrícola: Déficits e Superávits 1990 e 2016.....	36
Figura 6 – América Latina e Caribe: Estrutura de Exportação.....	37
Figura 7 – Valor Adicionado por Trabalhador na Indústria, incluindo construção civil.....	39
Figura 8 – Valor Adicionado por Trabalhador no Setor de Serviços.....	40
Figura 9 - América Latina: Evolução da População Pobre e Indigente (1980-2010).....	43
Figura 10 – Composição do Pessoal Ocupado (PO), segundo macrossetores (%)......	46
Figura 11 – Composição do Valor Adicionado a preços correntes, macrossetores (%)......	47
Figura 12 – Produtividade do Trabalho por Pessoal Ocupado: Brasil e Regiões.....	49
Figura 13 – Tabela Pessoal Ocupado no Agronegócio por Segmento (2012-2017)	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição Populacional.....	15
Gráfico 2 – MAPA América Latina: Heterogeneidade Estrutural (2007)	31
Gráfico 3 – Produtividade Setorial	40
Gráfico 4 – MAPA Desigualdade Social: Coeficiente de Gini	41
Gráfico 5 – PIB POR SETORES DA ECONOMIA BRASILEIRA (2016).....	46
Gráfico 6 – Participação no Valor Adicionado (Macrossetores).....	48
Gráfico 7 – Produtividade do Trabalho Intrasetorial (R\$ MIL).....	50
Gráfico 8 – Efeito Nível da Decomposição do Crescimento da Produtividade.....	51
Gráfico 9 – Efeito Composição da Decomposição da Produtividade.....	51
Gráfico 10 – Efeito Composição da Decomposição da Produtividade.....	52
Gráfico 11 – Distribuição de Renda: Coeficiente de Gini: Brasil (1976-1993).....	55
Gráfico 12- Distribuição de Renda: Coeficiente de Gini (1995-2014).....	56
Gráfico 13 – Distribuição de Renda: Coeficiente de Gini Por Região (1976-2013).....	57
Gráfico 14 – Domicílios Abaixo da Linha de Pobreza (%): Brasil (1976-2014).....	57
Gráfico 15 – Distribuição de Renda: Índice de Theil: Brasil (1976-2014).....	58
Gráfico 16- Percentual de Domicílios com Saneamento Básico Brasil: Área Urbana.....	61
Gráfico 17 – Taxa de Mortalidade Infantil: Brasil (1990-2016).....	62
Gráfico 18 – Saldo da Balança Comercial: Brasil (1990-2018).....	65
Gráfico 19 – Exportações por Fator Agregado.....	65
Gráfico 20 – Transações Correntes (1995-2018).....	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIR	– Aglomerações Industriais Relevantes
CEPAL	_ Comissão de Desenvolvimento Econômico para América Latina e Caribe
HE	_ Heterogeneidade Estrutural
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	_ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OCDE	_ Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PNAD	_ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
POF	_ Pesquisa de Orçamentos Familiares
SUS	_ Sistema Único de Saúde
TED	_ Teoria Estrutural de Desenvolvimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL:	
	CONCEITOS E DETERMINANTES	18
2.1	CELSO FURTADO, ANÍBAL PINTO E RAÚL PREBISCH	19
2.2	ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA.....	25
3	HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL:	
	AMÉRICA LATINA.....	28
3.1	CONTEXTO HISTÓRICO: ARGENTINA, CHILE, MÉXICO E BRASIL.....	32
3.2	PRODUTIVIDADE: AMÉRICA LATINA.....	39
3.3	DESIGUALDADE SOCIAL NA AMÉRICA LATINA.....	41
4.	PRODUTIVIDADE E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL.....	44
4.1	PRODUTIVIDADE NO BRASIL.....	45
4.1.1	Análise setorial da produtividade no Brasil	46
4.1.2	Análise da produtividade do trabalho no Brasil	48
4.1	DESIGUALDADE SOCIAL.....	54
4.2	MUDANÇAS ESTRUTURAIS (1990-2015).....	60
4.3.1	Mudanças Sociais.....	60
4.3.2	Endividamento, financiamento e balança comercial.....	63
4.3.3	A Incorporação do Progresso Técnico como forma de Superação do Subdesenvolvimento.....	69
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
	REFERÊNCIAS.....	77

1 INTRODUÇÃO

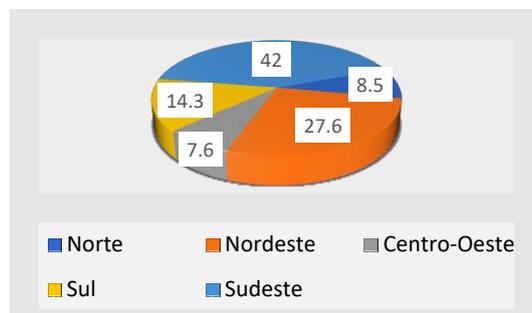
A controvérsia entre Roberto Simonsen (1889-1948) e Eugênio Gudin (1886-1986) sobre o papel e planejamento do Estado continua relevante para a economia brasileira. Enquanto, Simonsen embasava sua discussão na importância do planejamento da economia por parte do governo federal, com um Estado mais protecionista e interventor, Gudin defendia uma posição mais liberal, o aumento da produtividade e melhorias tanto na orientação quanto na alocação das poupanças com o objetivo de formar capital pelo setor privado como também o aperfeiçoamento da educação técnica com o estado intervindo na economia, apenas em casos de exceção (RODRIGUES, 2018). Embora, considerado controverso o debate entre os dois grandes pensadores dentro da literatura na economia brasileira e por parte dos planejadores públicos, o atual cenário econômico traz a necessidade de tratar a defesa de ambos como opostos complementares. É de suma importância pensar no planejamento público e o papel do Estado como principal agente para reduzir as desigualdades sociais, planejar e desenvolver obras de infraestrutura, apoiar pesquisas de desenvolvimento (P&D) e regular as atividades econômicas para corrigir as falhas de mercado, como por exemplo, os elevados spreads bancários (diferença entre o custo do capital para bancos e o custo para pessoa física ou jurídica que necessita solicitar um financiamento ou empréstimo) mesmo com quedas significativas na taxa Selic (taxa de juros básica), permanecem altos o custo efetivo total (CET) de empréstimos e financiamentos, frutos de um elevado spread bancário e concentração o setor financeiro brasileiro que dificulta a competição e redução nas taxas de juros para as famílias e pequenos empreendedores.

Apesar dos avanços das últimas três décadas na redução das desigualdades, um maior percentual de indivíduos com acesso a água potável, saneamento básico, adoção de um sistema único de saúde (SUS) para todos os brasileiros, tendo apresentado também, forte queda na mortalidade infantil, ainda há um longo caminho para o Brasil percorrer. Um crescimento voltado para o desenvolvimento do país mais inclusivo e com renda menos concentrada que permita maior mobilidade social verticalizada aos seus residentes torna-se indispensável. De acordo com a OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento), em 2018 o Brasil ocupava o 2º lugar no ranking de pior país em mobilidade social, atrás apenas da Colômbia em uma lista de 30 países. O estudo mostra que seriam necessárias nove gerações para que um descendente de um brasileiro que se encontra entre os 10% mais pobre da população atinja o rendimento médio do país.

Repensar a matriz econômica e o sistema produtivo brasileiro tornam-se um dos maiores desafios do país quando se pensa em aumentar a produtividade e ao mesmo tempo reduzir o grau de heterogeneidade estrutural e as desigualdades sociais, com um crescimento inclusivo. A matriz econômica brasileira, de acordo com o modelo clássico de especialização do comércio internacional ricardiana, apresenta vantagens comparativas na produção de soja, minério de ferro e carne bovina. Na produção do grão é o maior exportador do mundo e o segundo maior produtor da commodity, perde apenas para os Estados Unidos na produção do grão. Enquanto, na produção de carnes o quadro inverte com os norte-americanos, o Brasil apresenta o maior rebanho de gado e fica em segundo nas exportações.

Em 2016, a população brasileira situava-se em torno de 207,7 milhões de habitantes, atingindo 210 milhões em 2019, segundo IBGE. Segundo o IBGE (2018), a projeção para a população é de declínio, a partir de 2048. Com o fim do bônus demográfico é relevante pensar no aumento da produtividade como fonte de constituição de taxas de crescimento econômico para reduzir a desigualdade social e aumentar a renda per capita do país.

Gráfico 1 – Distribuição Populacional (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

O Sul e sudeste concentra mais de 50% da população brasileira. Não ao acaso concentrava também grandes polos industriais. Todavia, desde o final dos anos 1960 e início da década de 1970 este cenário, embora tenha modificado, ainda concentrava em 2010 em termos absolutos 11 de 17 aglomerações industriais relevantes (AIR) nas regiões sul e sudeste (GÓIS SOBRINHO; AZZONI, 2014). De acordo com Sobrinho e Azzoni (2014), nas economias de aglomeração os trabalhadores e as firmas são mais produtivos em áreas que apresentam maior densidade populacional como os grandes centros urbanos, um dos principais motivos deve-se a proximidade com a ocorrência de inovação

tecnológica ser mais intensa nos grandes centros que em outras localidades. Embora, não seja o tema direto deste trabalho, entender a concentração espacial da indústria como também o processo de desconcentração aparentemente ser mais intenso intrarregional que inter-regional pode ajudar a dar ênfase em políticas de clusterização e tornar um instrumento importante para políticas públicas de desenvolvimento econômico regional e redução das desigualdades sociais no Brasil.

Neste contexto, este trabalho versará sobre produtividade a partir do conceito de heterogeneidade estrutural (HE), sua evolução e como esta por sua vez, afeta alguns indicadores sociais e econômicos, inclusive corroborando para uma maior concentração de renda. A relação da baixa produtividade com a desigualdade social é investigada de forma sistemática e compilada de livros, artigos, dados, reflexões e conclusões dentro das limitações de um trabalho de conclusão de curso *lato sensu*.

Dentre os objetivos estão: Evidenciar como o problema da heterogeneidade estrutural no processo histórico brasileiro impacta tanto na produtividade brasileira quanto na distribuição de renda, sendo essencial reduzir o grau de HE no processo de desenvolvimento econômicos na economia brasileira. Entende-se como heterogeneidade estrutural as elevadas assimetrias na estrutura produtiva intra e inter setorial, a existência de amplas diferenças nos níveis de produtividade do trabalho entre os setores da economia e no interior de cada setor, assim como, a segmentação do sistema produtivo e do mercado de trabalho em que as condições tecnológicas e de remunerações são fortemente assimétricas nos países emergentes e subdesenvolvidos.

Além da introdução, este trabalho conta com mais quatro capítulos: O próximo capítulo apresenta uma revisão da literatura e os principais determinantes que caracterizam a heterogeneidade estrutural nas economias dos países emergentes e subdesenvolvidos que constituem em desafios na economia contemporânea brasileira.

O terceiro capítulo aborda a heterogeneidade na América Latina, o contexto histórico dos principais países: Chile, Brasil, Argentina e México evidenciando o grau de HE, suas assimetrias, como consequência baixos níveis de produtividade. O quarto capítulo apresenta a produtividade e desigualdade social no Brasil, algumas das mudanças estruturais ocorridas nas últimas décadas e os efeitos negativos da HE sobre a produtividade e desigualdade social. Evidenciar-se-á também como uma redução mesmo que incipiente na HE pode contribuir na redução dos níveis de pobreza, desigualdade

social e mortalidade infantil. O quinto capítulo apresenta as considerações finais sobre o tema abordado e aponta possíveis soluções como saída para o desenvolvimento econômico para aumentar a produtividade, buscando organizar a estrutura produtiva em torno de Arranjos Produtivos Locais (APLs) como meio de criar um adensamento produtivo e estimular o processo de inovação tecnológica com a criação de pequenos e médios parques tecnológicos para atender a demanda dos distritos industriais brasileiros.

2 HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL: CONCEITOS E DETERMINANTES

Este capítulo destina a revisão da literatura sobre heterogeneidade estrutural em relação aos principais determinantes que implicam nos desafios apresentado pelo Brasil no que tange a baixa produtividade e a necessidade de reduzir as desigualdades sociais em uma abordagem estruturalista de desenvolvimento econômico. A teoria estrutural de desenvolvimento (TED) busca explicar o porquê de alguns países e regiões periféricas ficarem para trás em relação a renda per capita, sujeitos a crises e persistente desigualdade distributiva, assim como o hiato tecnológico da estrutura produtiva em relação às economias centrais. No manifesto que criou a Comissão de Desenvolvimento para América Latina e Caribe (CEPAL), Prebisch (1949) enfatiza a “lenta e desigual” difusão do progresso técnico na escala internacional como postulado para explicar a origem das diferenças e o nível de desenvolvimento dos países: As estruturas polares, centro e periferia surgem do movimento desigual da difusão internacional da tecnologia nas atividades produtivas.

Ao contrário das perspectivas teóricas e sociedades dualistas modernas, Nohlem e Sturm (1982) defendem que sociedades com elevado grau de heterogeneidade estrutural não estão em um estágio de transição (nem do processo pré-capitalista para um processo de capitalização, nem tampouco toda economia passa por um processo de integração progressiva e de homogeneização) mas sim, em um processo de reprodução permanente. Nenhum dos setores desta economia com alto grau de heterogeneidade se desenvolve de forma independente, sequer o setor mais moderno desta economia é autônomo, mas funciona como uma conexão que liga esta economia ao mercado mundial e transmissor para a sua reprodução nos países em desenvolvimento. Os diversos segmentos produtivos nestas economias são subordinados, dependendo do setor mais avançado da economia doméstica a uma série de outros setores. A partir dessa abordagem conceitual, pode-se afirmar que o setor mais avançado da economia brasileira é o agronegócio.

Assim, o principal conceito para compreender o conjunto de problemas econômicos dos países periféricos é o de heterogeneidade estrutural, elaborado para sintetizar o problema das elevadas diferenças nos níveis de produtividade do trabalho entre os setores da economia e seus subsetores. Essas diferenças são caracterizadas por segmentar explicitamente o sistema produtivo e o mercado de trabalho em diversas camadas, em que as condições da tecnologia e a remuneração são bastante assimétricas.

Em algumas versões, a heterogeneidade associa-se ao dualismo, distinguindo entre trabalhadores engajados em atividades de subsistência (com produtividade marginal zero ou negativa) e trabalhadores empregados no setor moderno. Essa divisão mostra níveis qualitativamente diferentes na incorporação de capital ao processo produtivo e, portanto, da produtividade média do trabalho.

No entanto, mesmo reconhecendo o elevado peso dos setores de subsistência nos países subdesenvolvidos e emergentes, teoricamente aceita-se que a heterogeneidade é mais do que um fenômeno duplo presente em diferentes níveis de produtividade nestas localidades. Portanto, o que distinguiria a periferia das economias centrais são as diferenças e a magnitude nos níveis de produtividade que são muito mais elevadas nos países periféricos que nos países centrais. Dessa forma, setores da economia com produtividade muito baixa absorvem uma parte substancial do emprego nos países subdesenvolvidos e emergentes, refletindo uma modernização parcial e imperfeita em seu sistema produtivo.

2.1 CELSO FURTADO, ANÍBAL PINTO E PREBISCH

A teoria centro-periferia e a depreciação dos termos de troca é apresentada por Prebisch, em sua segunda fase (1949-1959). Enquanto, em uma perspectiva histórica, Furtado (1959), mostra os ciclos da cana de açúcar, mineração e café como estruturas produtivas que criavam e reproduziam uma dupla natureza socioeconômica com amplas dualidades _ heterogêneas, deixando evidente as peculiaridades teóricas apontadas por Prebisch na economia brasileira: a dualidade e uma baixa diversificação da cadeia produtiva.

Ao evidenciar um lado analítico e estruturalista da economia brasileira, Furtado (1961) destaca a dificuldade apresentada pelos setores mais modernos da economia brasileira nos grandes centros urbanos em absorver a força de trabalho que migrava das zonas rurais e a subutilização de parcela significativa da força de trabalho. Entretanto Aníbal Pinto foi o primeiro autor que designou a expressão heterogeneidade estrutural para explicar as dualidades apontadas por apresentadas Prebisch e Furtado nas economias dos países subdesenvolvidos. Embora, o autor não tenha apresentado uma visão dualista, mas simbiótica: do ponto de vista social, o moderno soava como um buraco negro que absorvia os rendimentos da modernização verticalmente e tendência a consumir de forma

horizontal parte da renda dos atrasados. Desse modo, a heterogeneidade estrutural reproduz-se de forma dinâmica. (PINTO, 1964 e 1969)

De acordo com Serra (1998), a crítica de Aníbal Pinto vem desde o final dos anos 40 com a dominância teórica nas academias dos países latino americanos de países desenvolvidos que não correspondia a realidade da dinâmica econômica dos países subdesenvolvidos. Segundo Serra (1998), Pinto rejeitava a ideia de que a partir da reconstrução da Europa dar-se-ia livremente o comércio multilateral e a livre conversibilidade das moedas que permitiriam níveis de prosperidade semelhantes a todos os países (ricos e pobres). Essa dinâmica e pertinência do pensamento de Aníbal Pinto pode ser verificada na economia contemporânea internacional, a moeda chinesa desvalorizada artificialmente assim como barreiras e subsídios na economia norte americana inclusive para com o Brasil, impedem o estabelecimento de um comércio exterior livre com concorrência igualitária e justa entre países que pudesse gerar riquezas analogamente.

A divisão internacional do trabalho (DIT) mesmo com o estabelecimento de uma nova DIT, com o estabelecimento e consolidação do capitalismo financeiro, como também, de processos de globalização produtiva com as multinacionais em busca de mão de obra barata, isenções fiscais em países subdesenvolvidos, observa-se: a geração e distribuição da riqueza não aconteceu e não acontece na mesma proporção entre os países ricos e pobres, nem mesmo em relação a difusão do progresso técnico. Para Pinto (1969), era nítido que muitos acreditavam que o processo de industrialização projetada para dentro, na América Latina, traria consigo uma homogeneização entre os setores (intra e inter) produtivos da economia semelhante aos países centrais.

No entanto, de acordo com o autor, as políticas econômicas e sociais adotada no pós-guerra foram preponderantes, não se tratava ali de uma tendência natural ou espontânea, dado que a dependência em relação ao exterior havia mudado de “feição” com subordinação tecnológica, endividamento crônico e grandes segmentos da população, da estrutura produtiva e do espaço econômico haviam sido marginalizadas do avanço que registravam os polos modernos, em caráter absoluto ou substancial.

“Nas primeiras fases da industrialização substitutiva foi possível acreditar que essa perspectiva dava a impressão de poder materializar-se.

Atualmente, em contrapartida, é visível que o otimismo apagou ou desapareceu”. (PINTO, 2000, p.574)

Dessa forma, segundo Aníbal Pinto o desenvolvimento encontrava-se longe de acelerar e consolidar para tornar-se sustentável, uma vez que tenha ocorrido uma *tríplice concentração dos frutos progresso técnico* na América Latina tanto em nível social quanto das camadas setoriais (Inter e intra) como também em nível regional.

Por outro lado, as alterações que se deram por meio da incorporação gradual dos diversos estratos sociais em pautas de um consumo conspícuo, que implicam benefícios de uma ampliação e diversificação crescentes a população, mas que por outro lado, enfrentam dificuldades consideráveis em relação a continuidade do crescimento econômico, naturalmente exigir-se-ia uma redução paralela e gradual da heterogeneidade estrutural ou, o que é o mesmo que aumentos generalizados da produtividade e dos ganhos, os quais não descartam — mas sim supõem — um aumento dos que correspondem às camadas mais baixas da população. Uma outra saída para dificuldade em expandir a economia, seria mediante a exclusão de uma ampla parcela da população, o que lançaria dúvidas sobre a sua própria continuidade e acarretaria, em conflitos políticos e sociais implícitos (PINTO, 1976b, Apud RODRÍGUEZ, 2009, p. 331).

Assim como Aníbal Pinto, Prebisch (1980) também apresentava uma preocupação diante as articulações dos países centrais. Na visão do grande pensador teórico, os países desenvolvidos com suas transnacionais estreitavam o desenvolvimento dos países emergentes e subdesenvolvidos. A grande propensão marginal a consumir nos países periféricos com a imitação das formas que se apresentavam nos países desenvolvidos dava-se graças a apropriação e redistribuição desigual do fruto da produtividade quando se eleva. Para Prebisch (1980) primeiro, vinha a contradição e internalização da produção que era fonte constante de desequilíbrios macroeconômicos. E segundo, as contradições que surgiam sob o histórico de hegemonia dos países centrais, com novas manifestações de dependência que se agregavam a outras pretensões e ao sentido que era cada vez maior de autonomia que o desenvolvimento nos países subdesenvolvidos traziam consigo.

De acordo com Furtado (1968) as economias que haviam desenvolvido linhas de exportação de produtos minerais apresentavam certas peculiaridades que merecem destaque como: a criação de um profundo dualismo no processo de integração ao mercado internacional que podiam ser verificadas nas estruturas produtivas com um elevado coeficiente de capital e um alto nível da produtividade do trabalho, mas com capacidade para absorver somente uma pequena parcela da força de trabalho _ enquanto o nível de produtividade setorial podia elevar-se em 25 ou 30%, a capacidade empregatícia desses

setores ficavam em menos de 5% da população ativa. A baixa absorção do setor minério-exportador e o crescimento das zonas urbanas necessitavam de um excedente agrícola cada vez maior, sem que esse impulso acatasse em mudanças na estrutura do setor agrário. Desse modo, a agricultura permitia a abertura para inserção de empresas capitalistas uma vez que a especialização proporcionaria maiores rentabilidades, mesmo que não houvesse maiores avanços técnicos (FURTADO, 1968, p. 70). Todavia, a existência de uma estrutura anacrônica de comércio internacional onde produtos primários que continuavam a ser trocados por produtos manufaturados constituíam obstáculos ao processo de industrialização da periferia sempre que suas importações de bens manufaturados crescessem abruptamente acima das suas exportações de produtos primários (PREBISCH, 1963).

Pinto (2000) observa a ênfase na concentração do progresso técnico e a criação de uma segmentação na estrutura produtiva que segundo o autor encontrava ao menos três estratos que se destacam nas economias subdesenvolvidas:

- a) Estrato mais alto da economia (polo moderno da economia): apresenta níveis de produtividades semelhantes aos países desenvolvidos e engloba atividades de exportações, industriais e de serviços;
- b) Estrato intermediário: visa atender a demanda interna do país;
- c) E os estratos inferiores (o primitivo): os setores mais atrasados da economia que para autor não difere muito do período colonial coexistindo com os demais.

O contraste nessas economias de setores primitivos que coexistem com o moderno demonstra uma dificuldade de difundir o progresso técnico. Assim, cabe reflexão sobre a fala de Furtado (1968) a seguir.

Em síntese, a extraordinária rapidez do processo de desenvolvimento *hacia fuera* encontra sua explicação, do lado latino-americano, tendo-se em conta a ação convergente dos seguintes fatores: a) disponibilidade de fatores num sistema econômico de tipo pré-capitalista; b) a existência de um segmento da classe dirigente com motivação schumpeteriana, e produção como forma de defender ou aumentar o seu prestígio de influência; e c) existência de uma organização política suficientemente articulada para servir de instrumentos para servir de instrumentos ao grupo dirigente em seu esforço visando à eliminação dos principais obstáculos antepostos pela estrutura social semifeudal ao processo de integração na economia internacional em rápido desenvolvimento. (Furtado, 1968, p.55).

Segundo Furtado, em D'Aguiar (2013) quanto mais intenso se dava os padrões de novos consumos, maior era concentração de renda porque quando se aumentava a

dependência externa, também tinha que aumentar a taxa de exploração interna. A elevação nesta taxa de crescimento tendia a acarretar agravação tanto na dependência externa como na exploração interna. E não necessariamente reduziria o subdesenvolvimento, dado que para o autor: taxas mais altas de crescimento tendiam a agravar a concentração de renda e as desigualdades sociais. O subdesenvolvimento para o autor compreende-se como um processo de um conjunto de forças em interação entre si, capazes de reproduzir no tempo. Celso Furtado tinha a impressão de que as economias atrasadas apenas emergiam economicamente ao observar novas formas de economias subdesenvolvidas que foram capazes de se industrializarem por completo e orientar para a exportação de manufaturas.

Assim, a América Latina confrontava-se com a necessidade de realizar profundas transformações institucionais com o objetivo de abrir caminho para se desenvolver (FURTADO, 1968). Essas transformações de acordo com o autor deveriam surgir em três direções:

- A. Evitar que a tecnologia provoque uma maior concentração de renda que possa descaracterizar a aplicação de recursos na cadeia produtiva, diminuindo a eficiência do sistema econômico;
- B. Ampliação dos mercados através de integração regionais;
- C. E, visar a orientação do progresso tecnológico em função de requerimentos específicos no processo de desenvolvimento das economias regionais como também modernização nas estruturas sociais.

Desse modo, o desenvolvimento na América Latina não surgirá de forma espontânea na visão do autor, mas sim a partir de planejamento orientado. A compreensão, da organização socioeconômica formada na América Latina para Furtado (1968) é essencial para compreender antes de tudo, o processo de colonização com condições de oferta de terras ilimitadas _ terras estas, utilizadas para a criação de um excedente econômico ao ser transformadas em propriedade privada de uma pequena minoria. Embora, a abundância de terras também assegurava meios de subsistência a população, era necessário a princípio o pagamento de tributo a classe proprietária de terra. Conseqüentemente, quando as possibilidades de realização de negócios com a comercialização de excedentes no mercado tornavam-se limitadas, o pagamento de tributos assumia uma outra configuração como a prestação de serviços domésticos, ajuda na guarda das propriedades, obras de melhorias e construções.

Não muito distante a observação de Furtado (1968) ainda é possível observar na América Latina trabalhos análogos a escravidão e/ou relações de trocas trabalhistas em troca de alimentos e moradia. Essas relações de trabalhos não assalariados não apenas contribuíram para o aumento da pobreza como também no processo de concentração de renda. Além disso, promove entraves na formação de consumidores em potencial, prejudicando o desenvolvimento econômico de um país ou região¹.

Diante da estagnação da economia brasileira devido à crise de 1929, no principal setor exportador que se apoiava na produção de uma cesta para exportação com poucos produtos tropicais, em especial _ o café, que eram produzidos em grandes propriedades latifundiárias e financiados pelo Estado, com recursos provenientes de impostos de importação arrecadados, observa-se a importância do Estado destacada por Furtado (1968) no processo de transição na economia brasileira que passa de uma sociedade com características feudais para uma economia em processo de crescimento integrada com o capitalismo da economia europeia em uma vertiginosa expansão no pós crise.

Por outro lado, o excedente do capital, segundo Prebisch (1980) que era permitido acumular nos estratos superiores da sociedade apresentam a chave da dinâmica do sistema e funciona regularmente enquanto o excedente segue crescendo por sucessivos aumentos de produtividade, apesar da dupla pressão de compartilhamento. Como essa pressão por compartilhamento não obedece a nenhum princípio regulador, de tal modo que, se essa pressão alcança uma grande intensidade e sucessivos aumentos da produtividade em prejuízo do crescimento do excedente, acaba por ressentir-se a acumulação e, também, o desenvolvimento da sociedade privilegiada de consumo. Sobrevivem, então, os fenômenos conflitivos do sistema porque as empresas reagem elevando preços para restabelecer a dinâmica do excedente. Consequentemente, do ponto de vista do interesse coletivo, o regime de acumulação e de distribuição do fruto do progresso técnico não obedecem a nenhum princípio de regulação logo pode ser arbitrária a apropriação de acordo com as leis de mercado que resultavam arbitrariamente na distribuição quando o poder público e o sindical contrariavam as leis de mercado. Neste sentido, o Estado deveria atuar como regulador, inclusive, para utilizar socialmente o excedente, ou seja, redistribuir renda (PREBISCH, 1980).

¹ O círculo vicioso da pobreza foi tema de encontro realizado pela Secretária de Desenvolvimento Social (SEDES) em São Luís-MA. De acordo com a International Labor Organization (2019), filhos de pais pobres devido as poucas oportunidades diante a situação de pobreza e desigualdade social encontram-se em situação de vulnerabilidade maior em relação ao risco de se tornarem vítimas de trabalhos análogos a escravidão

2.2 ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA

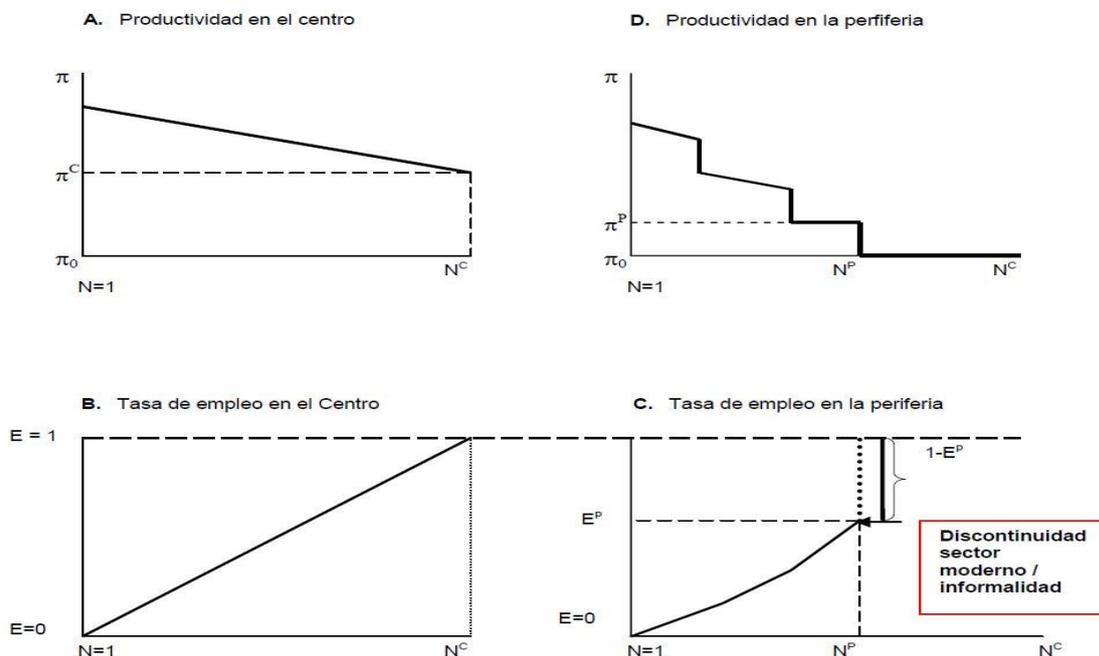
Na abordagem contemporânea, o conceito de heterogeneidade estrutural desenvolvido pela CEPAL para explicar o porquê de as economias periféricas apresentarem níveis elevados de subemprego e assimetrias relacionadas a produtividade do trabalho adota uma visão estruturalista neoshumpeteriana. Enquanto, alguns setores destas economias apresentam elevado emprego de capital e intensidade inovativa _onde a produtividade é maior e, portanto, tende a crescer a altas taxas, superior ao observado no restante da economia (PORSILE, 2010). O que diferencia uma economia desenvolvida de uma não desenvolvida são as magnitudes nas assimetrias de produtividades que são elevadas e bastante heterogêneas, atingindo uma boa parte da população que encontra na força de trabalho em países subdesenvolvidos e emergentes. (PINTO, 1965,1970,1978; RODRIGUEZ, 2007; INFANTE e SUNKEL 2009; CIMOLI e PORSILE, 2009; PORSILE 2010).

Supondo que dois países inicialmente não apresentem diferenças significativas entre si, em relação aos níveis de renda e tecnologia: o progresso técnico seria pouco desenvolvido para ambos porque apresentariam uma estrutura econômica com uma baixa diversificação (CIMOLI; PORSILE, 2013). Assim, segundo Cimoli e Porsile (2013) por algum motivo _ que de acordo com Porsile (2010) a história importa, mas não cabe discutir aqui _ em um dado momento, um deles inicia um processo intenso e acelera suas as taxas de inovação com a criação e adoção de novas tecnologias, traduzindo em uma mudança estrutural com a implantação de novos setores e diversificação da estrutura produtiva da economia que vão se tornando mais densas, completas e diversificadas _ como resultado, surge uma elevação na taxa de crescimento da produtividade, associadas a uma acumulação de capital, conhecimentos e complementariedade entre os demais setores produtivos desta economia. Embora, a dinâmica do progresso técnico possa não ocorrer de forma igual em todos os setores, alguns conseguem maiores ganhos de produtividade que outros. Contudo, o progresso técnico tende a difundir para o conjunto do sistema de forma que surge uma economia mais homogênea com níveis similares de produtividade do trabalho e diversificada com diversos setores e segmentos produtivos (CIMOLE & PORSILE, 2013; PORSILE, 2010).

A figura a seguir mostra os gráficos de produtividade do trabalho no centro e periferia (CIMOLI e PORSILE, 2013). O gráfico da produtividade do trabalho é negativamente inclinado. Assume-se que a produtividade apresenta uma taxa constante

declinante nos países centrais (Gráfico A). Enquanto na periferia as variações ocorrem de modo abrupto ou descontínua quando N aumenta (Gráfico D).

Figura 1 – Produtividade do Trabalho e Estrutura Produtiva Centro e Periferia



Fonte: Cimoli e Porsile (2013) p. 10

π = Produtividade del trabajo

E = Participación acumulada del sector moderno en el empleo total, $0 \leq E \leq 1$

N = Número de sectores de la economía ordenados de forma decreciente según la productividad,

N^C = Total de sectores em el centro

N^P = Total de sectores en la periferia, $N^P < N^C$ (mayor diversificación de la estructura del centro). En el punto (N^P, E^P) del gráfico C hay una discontinuidad, cesa la acumulación de empleo en el sector moderno de la periferia.

E^P = Total del empleo en el sector moderno de la periferia (el empleo residual $1-E^P$ se aloja en el sector de subsistencia con productividad igual a π_0)

π_0 = Produtividade del trabajo del sector de subsistencia de la periferia

π^P = Produtividade del trabajo del sector N^P de la periferia

π^C = Produtividade del trabajo del sector N^C del centro

Nos centros (A e B) o progresso integra-se e reproduz de forma mais intensa que nas economias de países periféricos. As diferenças de produtividade que ocorrem nos países em desenvolvimento e emergentes (Gráfico-D) são mais segmentadas que nos países desenvolvidos. A taxa de emprego nos países desenvolvidos apresenta-se positivamente inclinada e continua e aloja boa parte dos empregos nos setores modernos

da economia, enquanto nos países subdesenvolvidos apresentam descontinuidade na taxa de emprego e alta informalidade. A eficiência Schumpeteriana reflete-se quando as cadeias produtivas que se integram aos processos de inovação tecnológica pode ser dada por meio de impulsos que possam promover a inovação com capacidade de criar um “tecido produtivo integrado”.

Neste contexto, explicações como a dimensão territorial do país para explicar o subdesenvolvimento brasileiro ou a dinamização dos polos industriais terem concentrado em algumas regiões brasileiras, embora necessárias, são insuficientes para compreender a dinâmica de desenvolvimento da economia brasileira. Se estes pressupostos, presente nos modelos tradicionais da literatura econômica fossem de fato suficiente e linear para explicar o desenvolvimento de uma região ou país ou os Estados Unidos seriam um país pobre ou o Brasil seria um país rico. Enquanto a dimensão territorial dos EUA corresponde a 9.834.000 km², o Brasil apresenta 8.511.000 km², ou seja, a extensão territorial norte americana é 15,54% maior que a brasileira.

3 HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL: AMÉRICA LATINA

Com a explícita divisão internacional do trabalho, o modelo primário-exportador surgiu para os países da América Latina como meio de se inserirem na economia global como fornecedores de alimentos, matérias-primas e recursos naturais em especial, minérios para os países centrais. Dessa forma, a princípio contribuíram para o fortalecimento do poderio econômico dos países centrais e expansão mercantilista. Posteriormente, corroborou com a formação primitiva de capital que desembocaria na Revolução Industrial inglesa.

A produção de metais que haviam servido de base econômica para organização e fundação do império espanhol nas Américas, assumiu as principais formas pautadas na extração de ouro de aluvião e produção de pratas à base de minérios com maiores ou menores riquezas argentíferas. A busca pelo ouro nas Américas espanholas explica a dispersão e ocupação do norte do México ao Chile em poucas décadas (FURTADO, 2007).

Neste cenário, a compreensão da dinâmica na inovação tecnológica, suas assimetrias e a geração de empregos entre a periferia e o centro, assim como a estrutura da periferia e seu interior são elementos básicos para entender a continuidade da heterogeneidade e da desigualdade na América Latina, inclusive no Brasil. Serra (1998) destaca importância de diferenciar também os países da América Latina, a dimensão territorial brasileira segundo ele, tornaria inviável uma mudança estrutural como no Chile que apresenta dinamismo na economia desde os anos 80 com a abertura comercial e cujo coeficiente de comércio internacional havia crescido 3 vezes mais nas duas últimas décadas do século XX.

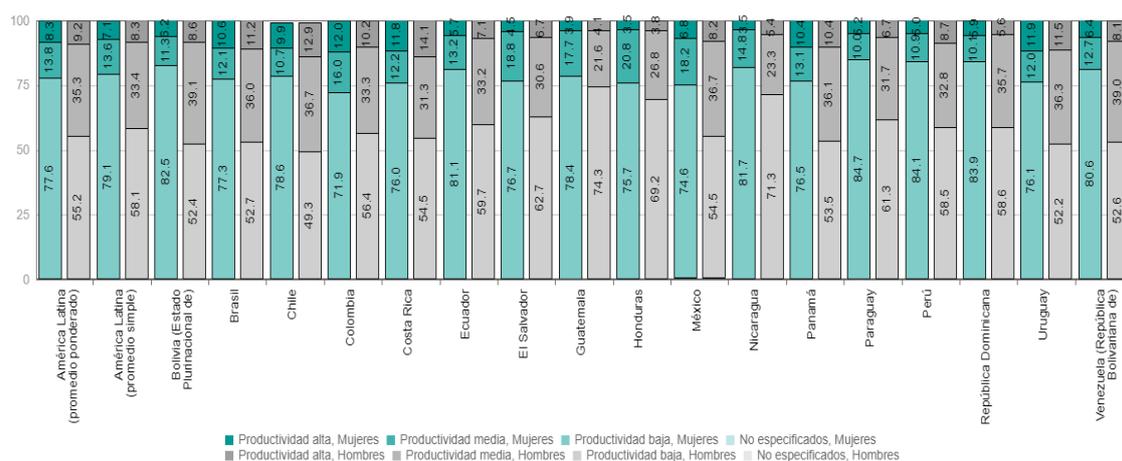
Heterogeneidade Estrutural

A concentração de pessoal ocupados em relação à 2001-2009 na atividade econômica brasileira por produtividade levando-se em conta ambos sexos, manteve-se concentrada e acima de 70% (CEPALSTAT, 2019) em atividades consideradas de baixa produtividade. Como a estrutura produtiva manteve-se praticamente a mesma e com pessoal ocupado concentrado em setores da economia com baixa produtividade neste

período, com a queda preço das commodities no mercado internacional após a crise de 2008, reduziu a atividade econômica.

A concentração de pessoal ocupado na economia brasileira por sexo pode ser vista na figura a seguir que mostra a estrutura da população ocupada de acordo com o nível da produtividade e sexo. No Brasil, o número de pessoas ocupadas por sexo em setores níveis de produtividade alta dá-se em 10,6% (Mulheres) e 11,2% (Homens). Enquanto, no México, apenas 6,8% das mulheres e 8,2% dos homens estão alocados em setores de alta produtividade. Nos setores de média produtividade brasileira a alocação corresponde a 12,1% do total de pessoas do sexo feminino contra 36% do sexo masculino. O percentual de mulheres alocadas em setores de baixa produtividade na América Latina é 77,6%.

Figura 2 – América Latina (17 países): Estrutura da população ocupada segundo nível de produtividade e sexo, em torno de 2014 (Porcentagem sobre o total da população ocupada)

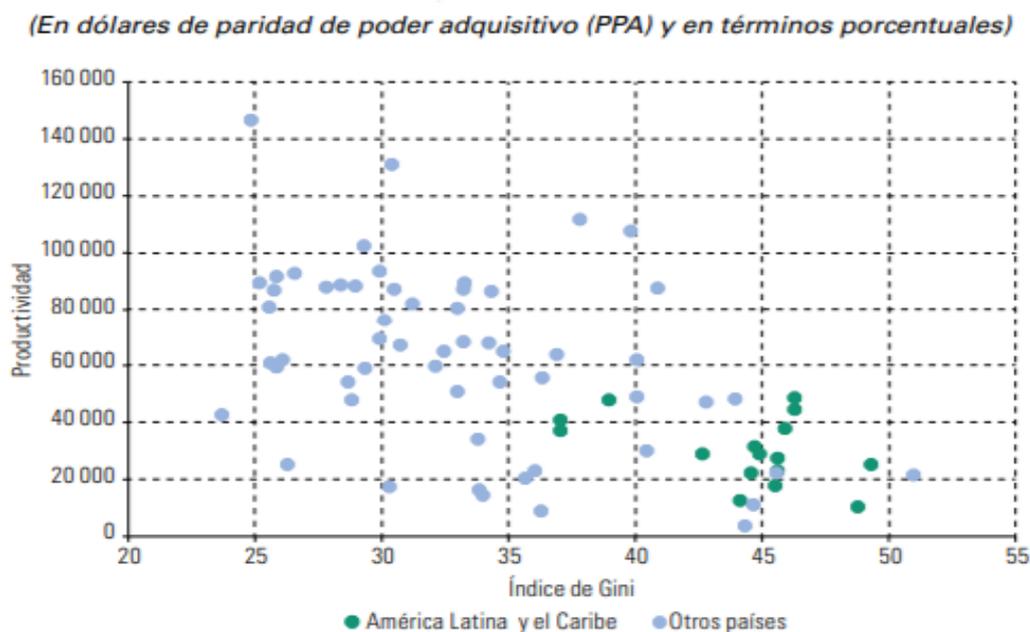


Fonte: Cepalstat

A figura 2 mostra a concentração de pessoal por sexo na América Latina. No Brasil, o número de ocupados encontra-se em maior proporção alocados em setores de baixa produtividade. A situação brasileira é pior para o sexo feminino, segue a tendência dos países latino-americanos com 77,3% das mulheres alocadas em setores de baixa produtividade. No Chile 78,6% das mulheres encontram-se em atividades de baixa produtividade contra 56,4% de homens. A heterogeneidade estrutural em Infante (2011), é definida como uma ‘situação’ em que há grandes diferenças tanto em níveis de produtividade do trabalho quanto em setores da economia e seus interiores. Essas

distinções devem ser ostensivas para que haja uma explícita segmentação do sistema produtivo e do mercado de trabalho em diversos estratos sociais com condições tecnológicas e remunerações assimétricas. O gráfico na figura acima mostra os países da América Latina, em sua maioria apresentando alto índice de Gini e baixa produtividade.

Figura 3 – Produtividade e Índice de Gini, 2014



Fonte: CEPAL (2018), p.8

O excedente estrutural de mão de obra existente nos países latino americanos observados por Furtado (1969) constituem um fator explícito de elevação na concentração de renda e descontinuidade na demanda. Assim, o gráfico na figura acima mostra que quanto maior a produtividade de um país (medida em paridade de poder de compra), salvo exceções, menor é a concentração de renda.

Dessa forma, o grau de heterogeneidade estrutural pode ser medido em percentual do número de pessoas ocupadas em atividades de baixa produtividade em relação ao total de empregados, sendo este capaz de influenciar o comportamento de diversos indicadores de desenvolvimento socioeconômico. Com a utilização do corte horizontal, aplicados a dados de 17 países da América Latina e Caribe referentes ao ano de 2007, Infante (2011) mostra os seguintes resultados que podem ser observados no mapa a seguir:

Gráfico 2 – MAPA América Latina: Heterogeneidade Estrutural (2007)



Fonte: Mapa elaborado a partir dos resultados de Infante (2011) p. 80. Comisión Económica para América Latina y el Caribe CEPAL, “Correlación de indicadores de heterogeneidad estructural y desarrollo”, Santiago de Chile, 2009

O Brasil aparece em uma posição que apresenta um grau de Heterogeneidade Estrutural moderado, de acordo com a classificação de Infante (2011) mas, em termos percentuais encontra-se muito próximo a países como Uruguai e Honduras que apareceriam na fase intermediária de classificação naquele ano. A Venezuela por sua vez, apresentava um grau de heterogeneidade estrutural intermediária e muito próxima a um quadro elevado de heterogeneidade estrutural na sua economia.

Nesta perspectiva, torna-se essencial analisar os pontos em comum da economia brasileira com outros países da América do Sul como Argentina e Chile do ponto de vista histórico, econômico e social para fins de comparação com o modelo adotado pelo Brasil. Enquanto a Argentina fornecia carne nos séculos XVIII e XIX, sob as influências das ideias liberais de Smith, o Chile exportava Salitre e o Brasil café, açúcar e metais preciosos. A América Central, bananas e Peru e Bolívia, também metais preciosos. Atentar-se-á para estes três países: Argentina, Chile e Brasil para investigação.

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO: ARGENTINA, CHILE, MÉXICO E BRASIL

O Brasil, entre o século XVI e XIX, estimulou a monocultura e grandes propriedades com a introdução de um modo de produção escravagista que dificultava a consolidação de um mercado consumidor interno e o desenvolvimento do capitalismo. A pecuária extensiva contribuiu para a ocupação territorial pelos portugueses com migração do litoral para o interior do país, uma vez que o cultivo da cana de açúcar demandava maior espaço de áreas cultiváveis em regiões litorâneas. No primeiro momento, o gado saiu da região litorânea da Bahia e Pernambuco, adentrando o interior da região nordeste do país seguindo o curso do Rio São Francisco até chegar no Estado de Minas Gerais. O ciclo da mineração durante o século XVIII deu-se com as entradas e bandeiras em busca de metais preciosos como ouro, prata, cobre e pedras preciosas (diamantes e esmeraldas), encontradas no início do século XVIII na capitania de São Paulo em áreas que depois vieram a constituir o estado Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso. A descoberta de ouro e diamantes na região provocou uma migração populacional de portugueses e pessoas de outras áreas povoadas do Brasil colônia. As áreas de jazidas de minérios descobertas apresentavam localização bastante acidentadas e problemas de infraestrutura para escoamento da produção de minérios atrasavam ainda mais o desenvolvimento.

Enquanto, a Argentina, por muitos anos durante o século XX, as taxas de analfabetismo eram as mais baixas da América Latina e apresentava uma classe média expressiva, maioria da população urbana e a renda per capita em 1913 semelhante a países como França e Alemanha. De acordo com Lenz (2000), na virada do século XIX para o século XX a economia Argentina estava posicionada entre as economias mais avançadas como Estados Unidos, Canadá e Austrália tendo ocorrido na fase inicial as maiores modificações estruturais e ajustes da oferta para suprir as demandas reais ou em potencial, reorganizando os fatores de produção como terra, capital e mão de obra. Segundo a autora, a partir de 1870, a economia argentina apresentou expansão e integração crescente com a economia mundial, sendo o progresso técnico o determinante nesta integração, como também, expansão das terras férteis nos pampas que apresentava baixa densidade demográfica. O país aumentou significativamente suas exportações, atraiu capitais estrangeiros e ganhou destaque no mercado internacional. No entanto, a renda da terra transformou-se em apropriação da terra nos pampas devido a expansão da fronteira

agrícola, surgindo um sistema administrativo baseado nas grandes propriedades e emprego da mão de obra assalariada.

O aumento no custo de vida argentino deu-se principalmente entre os imigrantes, não houve um transbordamento da riqueza para todas as camadas da sociedade. Os principais beneficiários da riqueza argentina foram os proprietários de terra. A formação de capital para investimentos em infraestrutura entre 1870 e 1914 vieram do exterior por meio de empréstimos e investimentos no país com a Inglaterra como principal credor. A principal crise bancária argentina deu-se na década de 1890 quando a Inglaterra não permitiu os adiantamentos do pagamento das dívidas e tampouco a continuidade das transferências de recursos trimestrais dos fundos para a Argentina. A reversão da crise bancária instalada no país deu-se após renegociação com Londres. Segundo Lenz (2000), nos anos 1920 a economia argentina dava sinais de saturação que poderiam colocar fim ao processo de entradas de capitais externos e imigração, regiões modernas coexistiam com regiões atrasadas, também apresentava a presença de uma sociedade mista e bastante complexa. Essas características apresentadas por Lenz (2000) mostram a complexidade e a presença da heterogeneidade estrutural na economia argentina que não foram sanados durante o período áureo do país devido à ausência de transbordamento dessa economia agroexportadora para as diversas camadas da sociedade e que se intensificaram na segunda metade do século XX.

A crise de 1929, de acordo com Mesquita (2016) evidenciou uma mudança no papel do estado na economia brasileira e necessidade de reestruturação da cadeia produtiva com substituição e diversificar a produção tendo por objetivo equiponderar os efeitos da crise externa. Rompe-se o padrão “liberal” de ortodoxia onde as forças de mercado solucionariam tudo e inicia-se um período intervencionista onde o Estado assume como agente principal de um novo modelo de desenvolvimento com proatividade no processo de industrialização interna por meio de um processo de substituição de importações e gastos públicos. Na década de 1950, tem início a Revolução Verde no México. Norman Borlaug, engenheiro agrônomo desenvolveu novas técnicas que eram capazes de dar mais resistência as plantações de trigo e milho, permitindo que México que antes importava trigo passasse a ser exportador do produto. Com o aumento significativo da produção de trigo no México, a agricultura passou por um processo de revolução mundo a fora. As bases da Revolução Verde foram: modificação genética de sementes, mecanização produtiva, uso intensivo de fertilizantes e pesticidas, incremento de novas tecnologias,

plantio e colheita e monoculturas como meio de otimizar a produção beneficiaram países subdesenvolvidos como Argentina, Brasil e Índia.

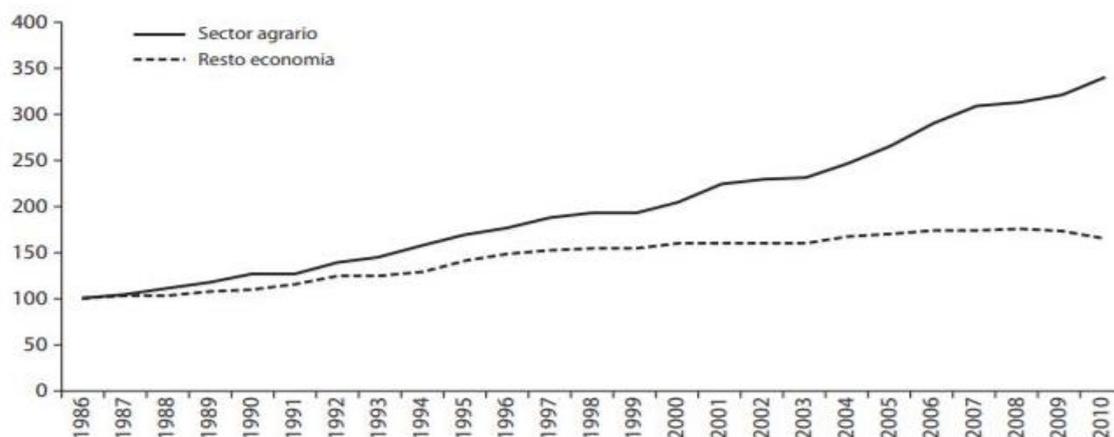
A adesão do governo brasileiro a Revolução Verde nos anos 1960 permitiu uma reviravolta na agricultura com oferta de crédito abundante, subsidiado e incentivos econômicos para instalação de indústria o que viabilizou segundo Mesquita (2016) a modernização agropecuária no curto prazo, ocorrendo transformações importantes na estrutura produtiva. No entanto, permitiu a formação e consolidação de oligopólios, embora tenha se criado estruturas modernas e complexas no setor e inter-relações setoriais beneficiou grandes proprietários de terra. Medeiros (2002), enfatiza privilégios para segmentos muito específicos da economia direcionados principalmente a produtos voltados à exportação, setores energéticos e indústrias ligadas diretamente ao processo de modernização do campo. Para Hermann (2011) a produção industrial, a partir do milagre econômico (1969-1973) contava com uma produção permanentemente ampliada no setor de bens de consumo duráveis, mas a dependência da estrutura produtiva em importar bens de capital e petróleo na época era um empecilho dado que o parque industrial brasileiro não apresentava capacidade de suprir a demanda internamente. Como consequência, o crescimento econômico do país tornou-se dependente da capacidade de importação desses dois bens (petróleo e bens de capital). Assim, aumentaria não apenas a dívida externa como também a vulnerabilidade no mercado internacional como também a dependência da estrutura produtiva do Brasil que para cumprir os encargos gerados precisava gerar superávits comerciais com o objetivo de controlar as despesas financeiras para sanar ou ao menos amenizar os déficits das transações correntes. A outra saída segundo a autora, seria refinar a dívida com captação de novos recursos no exterior. Em ambos, elevaria a dependência da estrutura produtiva e vulnerabilidade externa.

O modelo estrutural implementados entre 1974 e 1978, com o II PND, tinham a finalidade de corrigir os pontos de estrangulamentos que foram identificados no período, dentre eles a dependência do petróleo e de bens de capitais (HERMANN, 2011). De acordo com Celso Furtado, o subdesenvolvimento de um país tem raízes nas condições históricas que engloba o processo interno de exploração econômica e o processo externo de dependência (D'AGUIAR, 2013). Embora, tenham sentido o efeito da primeira crise do petróleo em 1973 com a elevação do preço do produto 1973-1974, Hermann (2011) argumenta que a entrada de Petrodólares nos países em desenvolvimento, a partir 1974, fez com que estes países sentisse um efeito colateral mais forte com a segunda crise do

petróleo em 1979. No Brasil, os efeitos colaterais transformaram-se no ajuste estrutural, com o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), que tinha como uma das finalidades a resolução de parte da dependência (importação de petróleo) na estrutura produtiva, resultando em anos amargos na década seguinte. A agricultura, por sua vez, passa a ser fornecedora de matéria-prima para a indústria nascente e de produtos alimentícios a preços mais baixos para a crescente população urbana. O processo de substituição por importações até a consolidação dos parques industriais na década de 1970 permitiu a expansão da agricultura tanto para suprir o mercado interno quanto para exportação.

Enquanto no Chile a principal cesta de exportação é caracterizada por produtos oriundos da mineração que está sujeita a flutuação dos preços internacionais. A reestruturação do modelo agrário no país passa pelo protecionismo do Estado e o modelo neoliberal da economia chilena. Para Río-Nunez (2013), a agricultura no Chile apresenta uma maior importância social que econômica. Segundo a autora, o setor agrário teve representação de apenas 3,6% do PIB de 2010 e empregou 9,9% do número de pessoal ocupado naquele ano. Pode-se dizer que a reforma agrária que ocorreu entre 1962 e 1973 teve como ênfase a escala redistributiva de renda e benefícios em favor do produtor dada a desconcentração fundiária com transformações estruturais e mudanças em instituições agrícolas com programas de desenvolvimento em resposta em resposta a crise do agro nacional e ineficiência do setor.

Figura 4 – Evolução da Produtividade Média do Trabalho 1986-2010 (1986 =100)

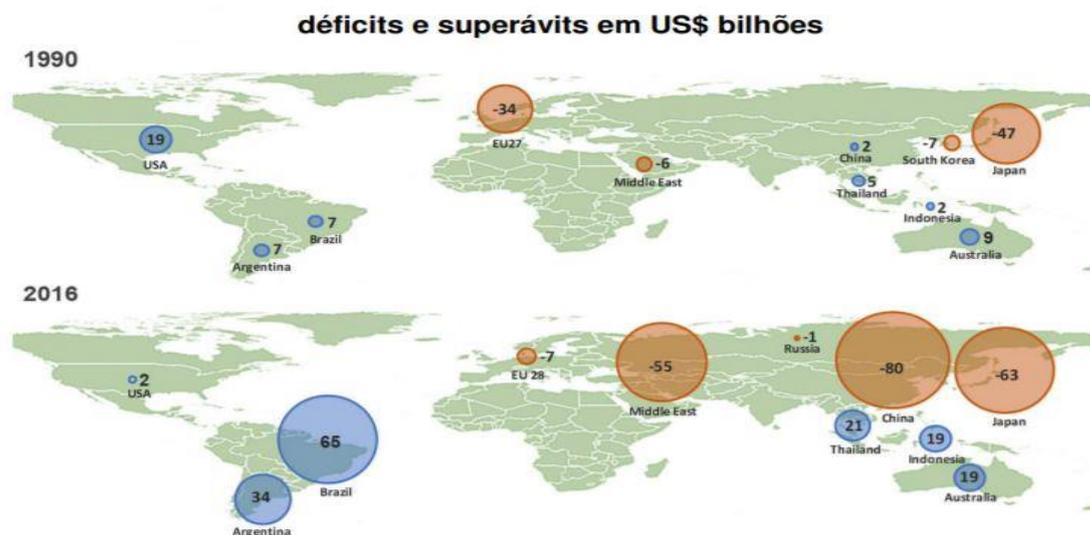


Fonte: Elaboração Río-Nunez (2013) a partir dos dados do Instituto Nacional de Estadísticas (INE), Ministério da Economia e Turismo-Chile.

A partir de 1975, novas mudanças estruturais reorienta o setor agrário chileno como fonte desenvolvimento, somado a crise de acumulação de capital que atingiu o

sistema econômico mundial, de acordo R o-Nunez (2013), deterioraram o modelo de industrializa o por substitui o que passou a corroer significativamente a rentabilidade e os níveis de emprego em diversos setores produtivos. Nova reorienta o e transforma es estruturais ocorreram como privatiza es de estatais no setor com o objetivo desenvolver a agricultura chilena com paradigmas baseado em transforma es que eram fundamentais para mudanças na orienta o para produ o de produtos que não eram tradicionais no setor agrário da economia chilena. A produtividade média do trabalho no setor agrário de 1986-2010 cresceu mais que nas demais cadeias produtivas da economia devido a moderniza o, rearranjo da economia e flexibilidade das leis trabalhistas. A dinâmica do comércio exterior no setor agrícola pode ser vista no mapa abaixo:

Figura 5- Balança Comercial Agrícola: Déficits e Superávits 1990 e 2016



Fonte: OMC. Elabora o MB Agro

Com destaque para a balança comercial agrícola argentina e brasileira, países sul-americanos, passam a ter uma maior inser o em um mercado globalizado. A Argentina e o Brasil deram um salto de 7 bilhões de dólares em 1990 para US\$34 e 65bi em 2016, respectivamente. Os Estados Unidos apresentaram uma redu o no superávit agrícola indo de US\$19 bilhões para 2 bilhões. Em 1990, a China ainda era superavitária na balança agrícola, em 2016 devido ao crescimento populacional e aumento na renda média chinesa passou a demandar mais produtos agrícolas. Enquanto, oriente médio e Japão têm também passaram a demandar mais bens agrícolas, a zona do euro passou a demandar menos. De acordo com Mesquita (2016) a ascensão do agronegócio no Brasil, em

particular com a soja, deu-se devido a dois movimentos que ocorreram simultaneamente com as reformas neoliberais implementados pelo Estado, permitindo uma maior inserção no mercado globalizado e *boom* econômico da China que aumentou a demanda e consequentemente elevou os preços da *commodity*. Dois elementos chamam a atenção segundo o autor: o primeiro, a demanda externa como dinamizadora e capacidade de gerar excedente, exercendo papel central como fonte geradora de divisas tanto no processo de industrialização quanto no processo de acumulação do capital. E segundo, o papel do Estado e intervenção para viabilizar e conservar o modelo agroexportador. Por outro lado, se a benesse do modelo agroexportador não chega a todos...as perdas que o setor obtém são socializadas entre a população por meio do Estado como em 1929, criando um sistema de transferência de renda reversa dos mais pobres para os mais ricos. Este, por sua vez sempre esteve presente desde o complexo cafeeiro com políticas de desvalorização da moeda e valorização do café, na socialização das perdas com a crise internacional de 1929 e na constituição e consolidação dos complexos agroindustriais ao agronegócio contemporâneo.

A ilustração na tabela a seguir mostra a estrutura produtiva do Brasil e os principais países da América Latina nos anos de 1985 e 2000.

Figura 6 – América Latina e Caribe: Estrutura de Exportação

Países/Regiões	CATEGORIAS DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA EM 1985 E 2000 (Em porcentagens das exportações)											
	Produtos primários		Manufaturados baseados em recursos naturais		Manufaturados de baixa tecnologia		Manufaturados de tecnologia média		Manufaturados de alta tecnologia		Produtos não classificados	
	1985	2000	1985	2000	1985	2000	1985	2000	1985	2000	1985	2000
América Latina e Caribe	50.0	27.3	23.5	17.0	7.9	14.0	12.1	24.6	4.3	14.0	2.2	3.1
México	53.4	11.7	10.3	5.8	5.8	14.7	18.0	38.5	9.9	25.3	2.6	3.9
Mercosul	42.6	34.7	23.9	24.1	12.8	11.0	15.8	21.2	2.7	6.6	2.1	2.4
Argentina	56.3	49.8	24.8	21.9	8.9	8.5	6.6	16.2	2.6	2.4	0.8	1.2
Brasil	38.6	27.1	24.6	25.5	13.5	11.6	19.4	24.3	2.9	8.9	1.0	2.5
Paraguai	77.0	57.4	17.6	14.5	4.4	8.7	0.5	0.8	0.2	0.7	0.4	17.9
Uruguai	31.8	36.7	9.7	20.5	22.2	22.0	5.1	13.6	0.6	2.8	30.5	4.4
Comunidade Andina	59.8	59.5	32.8	24.5	2.8	6.3	2.9	6.4	0.3	0.9	1.4	2.4
Bolívia	71.4	56.0	17.7	24.7	1.9	13.4	0.4	1.1	0.3	1.0	8.3	3.8
Colômbia	73.8	59.4	13.7	13.2	4.5	10.4	5.4	10.4	0.6	2.0	2.1	4.5
Equador	88.0	76.1	9.3	15.4	0.4	3.4	1.4	2.9	0.4	0.9	0.4	1.3
Peru	44.6	41.8	41.9	35.6	7.1	14.5	3.9	2.4	0.4	0.5	2.0	5.1
Venezuela	50.8	59.9	44.2	30.1	1.8	2.6	2.3	6.2	0.1	0.4	0.9	0.7
Mercado Comum Centro-Americano	71.6	27.7	10.9	9.2	8.5	39.7	4.4	6.6	3.7	14.5	0.9	2.2
Costa Rica	67.2	29.1	7.9	8.5	14.5	17.1	6.5	8.3	3.2	34.3	0.7	2.8
El Salvador	67.9	13.4	8.4	9.8	9.0	62.7	4.2	5.9	9.8	6.4	0.7	1.8
Guatemala	69.9	36.1	14.4	12.4	6.6	39.9	5.1	7.4	3.2	2.5	0.8	1.7
Honduras	77.7	21.4	14.3	6.4	5.1	65.2	1.7	4.1	0.6	1.3	0.6	1.6
Nicarágua	87.2	46.9	6.9	8.8	1.1	36.7	1.3	2.5	0.4	0.3	3.0	4.7

Fonte: Globalização e Desenvolvimento (CEPAL)

A estrutura da cesta de exportação brasileira mantinha um equilíbrio entre a proporção de bens exportados primários, manufaturados intensivos em recursos naturais, manufaturados de baixa tecnologia e manufaturados de alta tecnologia na década de 1980.

Produtos de média e alta tecnologia correspondiam a 22,3% em 1985 e 33,2% da pauta exportadora consequências da geração de tecnologia própria com a EMBRAER (Empresa Brasileira de Aeronáutica) e a criação do parque tecnológico de São José dos Campos. A Argentina, Colômbia e Uruguai apresentavam tendências para produtos de média tecnologia. Com exceção da Argentina, Guatemala e Nicarágua que tiveram queda no ano de 2000 em relação a 1985 no percentual de produtos destinados à exportação de bens manufaturados de alta tecnologia, todos os demais países apresentaram crescimento neste segmento mesmo que baixo no respectivo período.

Desse modo, de acordo com o pensamento de Prebisch o Brasil viu-se beneficiado em meados da primeira década dos anos 2000 com a apreciação dos termos de trocas com aumento dos preços das commodities no mercado internacional. Não necessariamente por sua eficiência produtiva ou diversificação da estrutura produtiva, mas pela alocação direcionada aos setores que estavam com o preço em alta no mercado internacional como também o estímulo da demanda interna impulsionada pelo crédito e impulsionamento da construção civil que dinamiza quase toda a economia. Rodríguez (2009), recomenda como forma de estabelecer reservas para os produtos primário-exportadores, a cooperação financeira internacional com a finalidade de regular as flutuações de seus preços e impedir o preço do piso preestabelecido sofra bruscas quedas com as oscilações do mercado internacional, a técnica segundo ele, é considerada um meio para atenuar as carências de capacitação de diferentes tipos que são peculiares dos países em desenvolvimento.

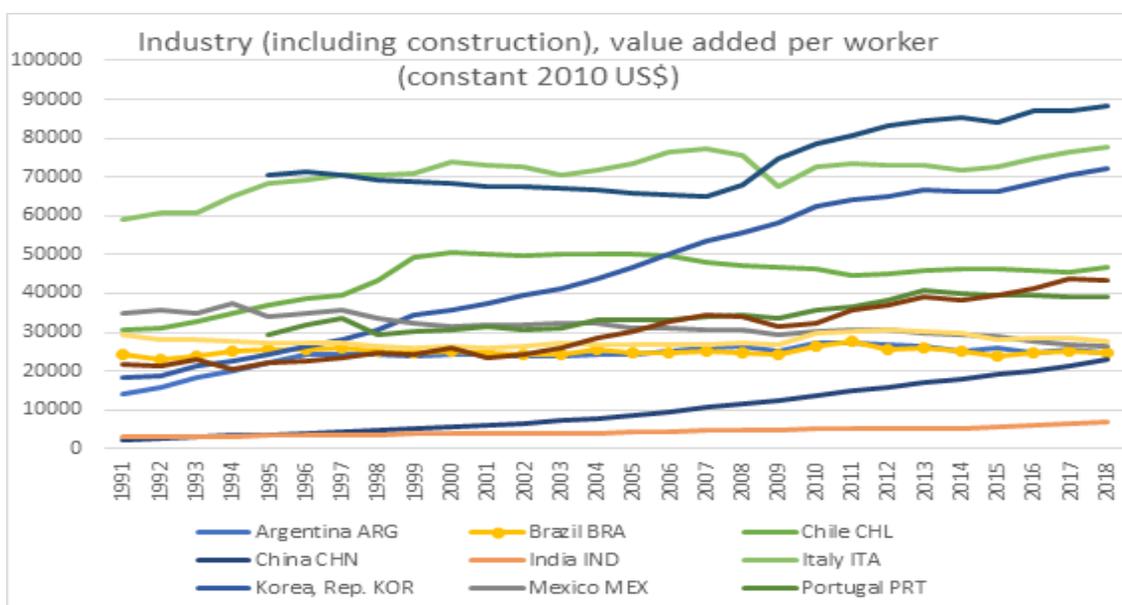
Os ciclos econômicos estão diretamente associados aos ciclos financeiros de entradas e saídas de capital onde as volatilidades soma-se aos termos de troca e a capacidade de um país aumentar o volume comercializado (CEPAL, 2019). Tanto Prebisch quanto Triffin, de acordo com a Cepal (2019), haviam notado que os fluxos financeiros se sobrepunham sobre os comerciais e ampliavam o ciclo econômico, tendo sido observado aspectos semelhantes na primeira metade do século XXI, aparecendo nas últimas décadas na América Latina o que pode chamar de acordo com a Comissão de Estudos para América Latina e Caribe de “sobre volatilidades” um tipo de volatilidade mais alta que o esperado em relação ao desenvolvimento alcançado na região em comparação com o observado ao longo da história. Furtado (2007) enfatiza que uma brusca queda nas exportações causadas por fatores externos em economias com uma

estrutura produtiva diversificada, até um certo ponto, pode ser compensada pelo aumento da oferta interna.

3.2 PRODUTIVIDADE: AMÉRICA LATINA

A figura a seguir mostra o valor adicionado por trabalhador na indústria no continente latino americano comparados a países como China, Coreia do Sul, Itália e Portugal. O Chile ultrapassa o México em meados de 1990 e apesar de apresentar um declínio de 2006 a 2009 no valor adicionado por trabalhador é o único país latino americano que consegue sobressair ficando atrás apenas da China, Itália e Coreia.

Figura 7 – Valor Adicionado por Trabalhador na Indústria, incluindo construção civil

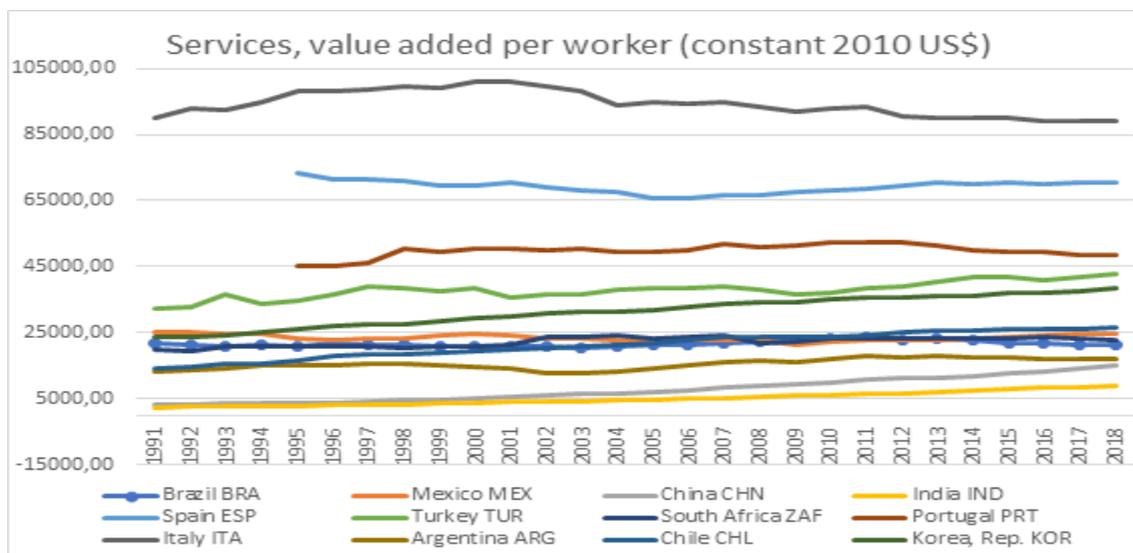


Fonte: Worlbank

O México a partir de 1997 apresenta um comportamento declinante na indústria, no valor adicionado por trabalhador. O Brasil mantém-se o valor adicionado por trabalhador na indústria quase que estável quando comparado aos demais países, com pequenas oscilações no valor adicionado por trabalhador, 1994-1996 e 2010 a 2012, mas abaixo dos US\$ 30.000 de 1991 a 2018. Quando comparado o valor adicionado por trabalhador no setor de serviços, o Brasil, México e Chile apresentam desempenhos e comportamento semelhante entre 1991 e 2018, porém inferior a Coreia do Sul, Turquia, Portugal e Espanha, mas superior a Índia, China e Argentina. No geral (indústria e serviços), observa-se que a produtividade do trabalhador latino americano é baixa. A

mudança desse cenário seria viável por meio do incremento de novas tecnologias com a adoção da robótica, automação, formação e captação de pessoal com sistemas mais desenvolvidos aplicados na produção.

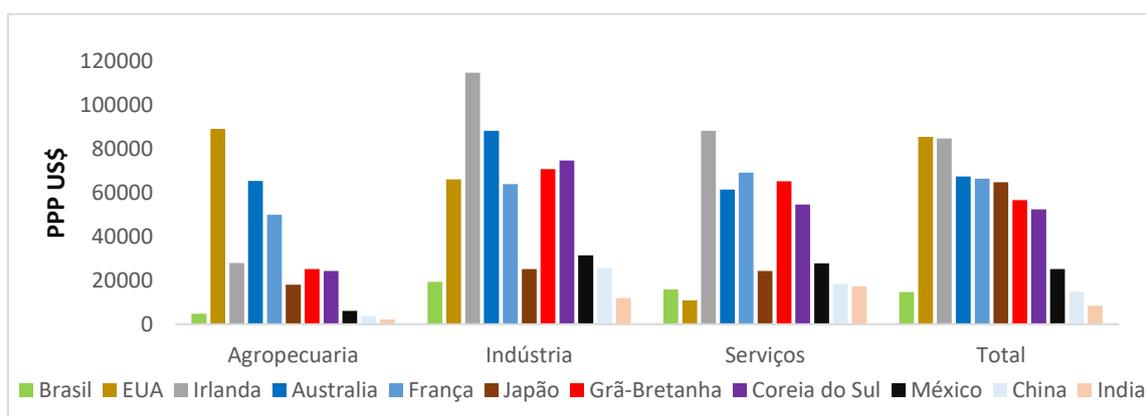
Figura 8 – Valor Adicionado por Trabalhador no Setor de Serviços



Fonte: Wordbank

A produtividade das economias brasileira e mexicana, ao serem analisada em comparação com algumas economias desenvolvidas e de países emergentes como China, México e Índia por setor (Gráfico 3) superam apenas a Argentina, China e Índia no setor agropecuária e em serviços os Estados Unidos. Ao considerar a produtividade setorial total, a economia brasileira fica à frente apenas da Índia.

Gráfico 3 – Produtividade Setorial



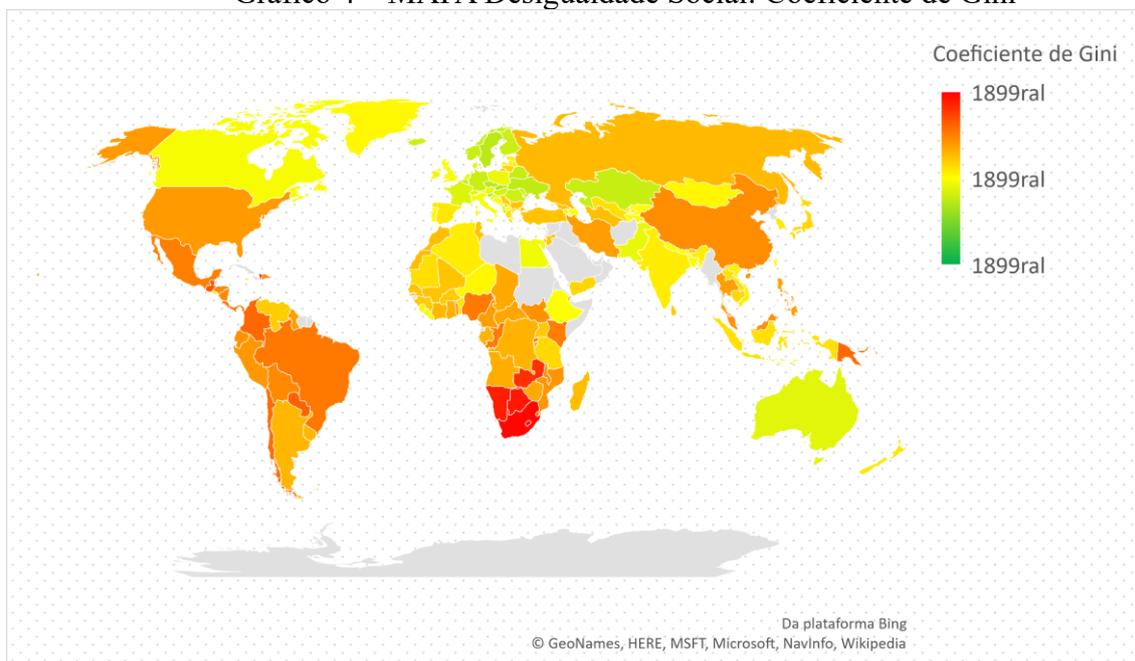
Fonte: Elaborado a partir dos resultados de Veloso et. al/FGV, dados de 2009

A produtividade setorial brasileira, por paridade de poder de compra, no ano base de 2009 era maior na indústria, seguida pelo setor de serviços.

3.3 DESIGUALDADE SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

A formação de um mercado interno dependeria de uma série de fatores que variavam de país para país para Furtado (1969) e como a base de exportação estava formada por produtos primários como minérios onde era reduzida a empregabilidade a possibilidade de um mercado interno tornava-se reduzida da mesma forma que a alta concentração da propriedade da terra assim como as dimensões do excedente de mão de obra tinha papeis importantes na formação de uma demanda interna. Uma alta concentração de renda significava também, uma demanda maior por bens de luxos e produtos manufaturados, dentre os quais, quando provenientes da indústria manufatureira resultava em importações. Nos países com terras abundantes como Argentina e Uruguai e mão de obra escassa predominou o uso extensivo da terra e intensivo em trabalho, permitindo a conciliação entre concentração de terra e taxas relativamente altas. Nestas localidades, a concentração de renda não impediu a formação de um mercado consumidor para produtos manufaturados. (FURTADO, 1969).

Gráfico 4 – MAPA Desigualdade Social: Coeficiente de Gini



Fonte: Elaboração a partir dos dados da CIA/The World Factbook. OBS. Ausência de dados nas áreas cinzas.

“Concentração da propriedade de terra em uma economia essencialmente agrícola...significa necessariamente concentração de renda.” (D’AGUIAR, 2013, p.315)

A concentração de terra nas economias onde a agricultura era a principal geradora de empregos criava uma desigualdade na distribuição de renda, restando a massa rural (trabalhador livre) quando a economia era abundante em terras submeter a uma das relações de trabalho que se constituíam em: morador (caseiro), foreiro, renteiro, arrendatário, trabalhador assalariado ou colono (D' Aguiar, 2013) dentre as quais evidenciam as transformações da grande propriedade em esforço contínuo para preservar o monopólio da propriedade. A concentração de renda é alta na América Latina, Delfim Neto na década de 1970/1980 afirmava que era necessário deixar o bolo crescer para posteriormente dividir. No entanto, torna-se necessário crescer, mas sem negligenciar a redução da desigualdade social. É consenso que para reduzir as desigualdades sociais, necessariamente o país precisa continuar crescendo, a ampliação da produtividade por meio de avanços no progresso técnico e adoção de novas tecnologias contribuiria para uma queda na distribuição de renda sem que haja um nivelamento de renda e empobrecimento da economia como um todo. Segundo Dedecca (2015), a evolução da renda corrente das famílias teve um papel central na melhoria de alguns indicadores sociais na primeira década do século XXI no Brasil.

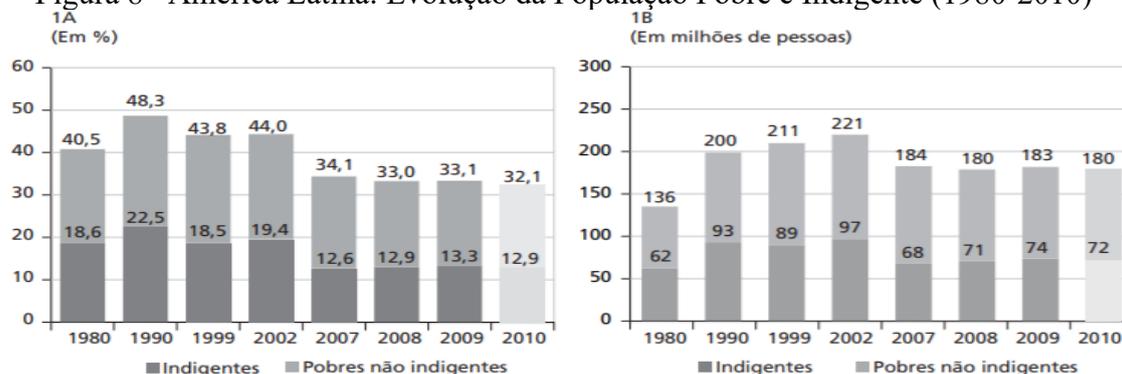
Na década de 1980 e 1990, o crescimento na América Latina, além de baixo para Sainz e Fuente (2001), foi fortemente desigual. Durante os anos 80 e 90, as famílias pobres tiveram um crescimento de renda real menor do que a média na América Latina. Nos anos 1980 o colapso no crescimento da renda afetou fortemente os pobres. Enquanto, na década de 1990, face a um baixo crescimento, a renda dos mais pobres não recuperou o que havia perdido na década anterior. De acordo com os autores, na América Latina, houve uma assimetria entre crise (concentração de renda) e crescimento (rigidez). Dentro desse contexto, um contraponto entre as ideias de Hermann (2011) e Medeiros (2002) faz-se necessário _ os gastos na administração direta não houve qualquer retração na economia brasileira em 1979, pelo contrário enquanto o objetivo era conter gastos e evitar o aumento do déficit público no Brasil _ os subsídios, direcionados à agricultura e exportação permaneceram e cresceram no mesmo período de ajuste (HERMANN, 2011). Ao mesmo tempo em que o Estado continha gastos, segundo a autora, subsidiava e mantinha um modelo agroexportador como indutor da economia brasileira _ dava-se o predomínio de alta concentração fundiária, subemprego e heterogeneidade nas técnicas produtivas como no Brasil dos anos 50, o deslocamento do excedente de mão-de-obra do mundo rural para o mundo urbano, ou seja, da agricultura para indústria e serviços

simultaneamente, dava-se um processo de elevação da renda média da economia e diferenciação nos rendimentos (MEDEIROS, 2002).

A perda de renda pelo desemprego pode acarretar danos de outros tipo que um auxílio-renda não é capaz de suprir como danos psicológicos, perda motivacional, perda de habilidades e autoconfiança, aumento de doenças, perturbações nas relações familiares e da vida social do indivíduo, assim como exclusão social e acentuações de tensões raciais e assimetrias entre os sexos (SEN, 2015). Amartya Sen traz um outra questão a luz do debate: embora, a Europa Ocidental tenha se saído melhor em relação ao desempenho na redução das desigualdades sociais em comparação aos Estados Unidos, mantendo em níveis baixos a desigualdade _ a cultura chamada por ele de moral ética americana não julga possível ajudar indigentes e pobres da mesma forma que a Europa Ocidental com a adoção do estado de bem-estar social. No entanto, o autor ressalta que essa mesma ética moral norte-americana que impede ajudar os mais pobres por meio de um Estado de bem-estar social julgaria, segundo Sen (2015), intoleráveis os níveis de desempregos comuns na Europa de Bem-Estar Social que chegam a atingir níveis de desempregos de dois dígitos comuns em alguns países europeus.

Na América Latina a evolução da população pobres e indigentes pode ser observada na figura a seguir.

Figura 8 - América Latina: Evolução da População Pobre e Indigente (1980-2010)



Cepal (2010b), com base em tabulações especiais das pesquisas de domicílios dos respectivos países.

Fonte: Prado (2011), p. 13

Em percentual é maior a proporção de pobres e indigentes na década de 1980 em relação ao período de 2007 a 2010, porém em números absolutos a população de indigentes é 16,13% e de pobres não indigentes 32,35% maior em 2010 em relação aos anos 1980.

4 PRODUTIVIDADE E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

O pensamento estruturalista de Celso Furtado, em uma abordagem histórica, elucida elementos históricos em um registro considerável para a literatura econômica. Em *Formação Econômica do Brasil*, o autor mostra que o subdesenvolvimento e o atraso econômico do país se devem as características históricas, evidenciando elementos que tornam a economia brasileira distinta das demais economias de países desenvolvidos. Furtado (1968) consegue observar a nuances da subutilização da mão de obra que não conseguia ser absorvida pela indústria nos grandes centros com o processo de êxodo rural, assim como o processo de concentração de terras implicava em um processo de concentração de renda. Tanto Aníbal Pinto como Prebisch criticavam a adoção e reprodução das teorias econômicas nos países latino americanos aplicadas em países desenvolvidos de forma irrestrita desconsiderando suas peculiaridades.

A opção por uma Colônia de produção agrícola em detrimento a uma colônia de povoamento segundo Furtado (1959), embora exitosas no início consubstanciava em impedimentos para o desenvolvimento futuro. O monopólio da metrópole sobre a colônia com a criação de um empreendimento típico da expansão comercial com o mercantismo e exclusividade comercial com o novo território. A escolha pela produção agrícola concentrada em empreendimentos com uma estrutura escravista e concentração tanto da propriedade de terra quanto da geração de riquezas, em outras palavras, distinto das colônias de povoamento que apresentavam flexibilidade migratória, as colônias de “produção” tornam rígidas as estruturas produtivas para o desenvolvimento econômico no longo prazo. Os fluxos monetários internos eram fracos para dinamizar a economia brasileira, enquanto o direcionamento para fora da economia açucareira eram fortíssimos.

Ademais, a coexistência do trabalho não remunerado com o trabalho assalariado no Brasil após o fim da escravidão, garantiam a homens livres a sobrevivência com bases nas relações de troca entre trabalho, moradia e alimentação assumindo formas variadas principalmente na economia pré-capitalista agrícola como observa Celso Furtado. As transformações no cenário político com a República para Furtado (1968) devem ser observadas com as mudanças que ocorreram nas estruturas sociais. Segundo o autor, distinto ao processo que ocorreu na Europa onde a urbanização era resultado direto de rápidas modificações na estrutura de ocupação, no Brasil o crescimento urbano refletiu

uma ação conjugada de um conjunto de fatores complexos, tendo sido a industrialização uma das principais causas.

Em relação a conjuntura político-econômico-social, segundo Squeff e Nogueira (2013), pouco modificou a dinâmica da produtividade do trabalho no Brasil. Por outro lado, a agricultura conseguiu apresentar convergência positiva em relação aos setores médios da economia (SQUEFF & NOGUEIRA, 2013).

4.1 PRODUTIVIDADE NO BRASIL

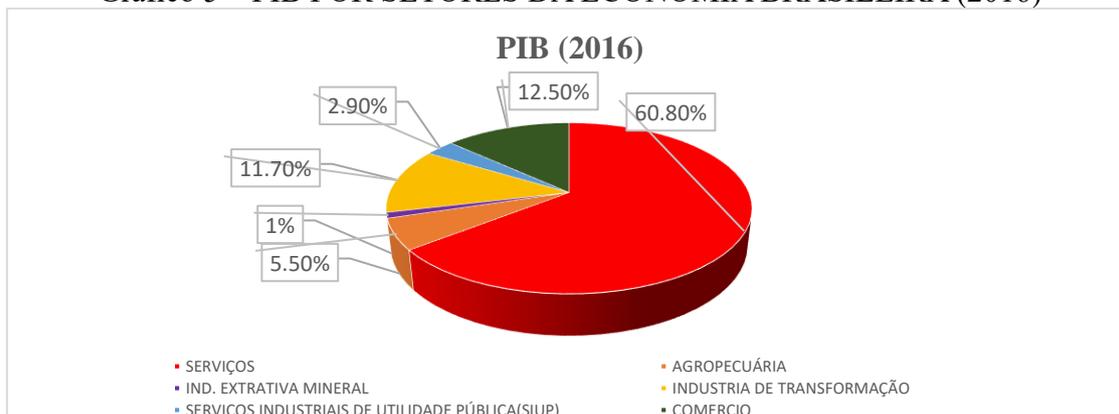
A população brasileira, segundo o IBGE (2018), chegará ao pico de 233,2 milhões de habitantes no ano de 2047 e a partir daí, declinará gradualmente até atingir 228,3 milhões de pessoas, em 2060. Dessa forma, o bônus demográfico com prazo de vencimento, uns dos desafios para o país continuar gerando riquezas e diminuir as desigualdades sociais dar-se-ia por meio da ampliação do crescimento econômico com o aumento na produtividade. Neste contexto, torna-se essencial analisar não apenas a produtividade setorial (inter e intra) do trabalho, mas também analisar a produtividade em ganhos de eficiência e realocação da mão de obra em termos monetários.

A estrutura brasileira em termos da composição setorial não se alterou de modo significativo na década de 1990. Enquanto as empresas líderes tiveram que responder a intensificação da concorrência por meio de processos de modernização e estratégias como fusões e aquisições (CIMOLI, 2005). A consequência dessa mudança apontada por Bonelli (2002) ficou limitada ao processo de modernização entre as empresas líderes, ao mesmo tempo em que houve uma relativa estabilidade setorial, criou-se diferenças na produtividade intrasetorial que acentuaram a polarização produtiva. Feijó e Carvalho (2003) observam em estudo realizado sobre a heterogeneidade intrasetorial, na década de 1990, que a indústria brasileira resistiu a uma maior concorrência dos produtos importado. Não houve um sucateamento da indústria e como consequência souberam aproveitar uma oferta de insumos e bens de capital a um custo menor diante a valorização do câmbio e modernizar (FEIJÓ & CARVALHO, 2003). A abertura econômica pode ser vista segundo os autores como um choque na oferta para explicação do aumento da produtividade nos anos 1990.

4.1.1 Análise setorial da produtividade no Brasil

A ilustração gráfica a seguir mostra a composição do Produto Interno Bruto em 2016, ano que a economia apresentou um crescimento negativo de 3,6%. O PIB naquele ano foi de R\$ 6,267 trilhões e o setor de serviços respondeu de 60,80% desta riqueza _ R\$ 3,810 trilhões. A participação da indústria total foi de 15,6% e correspondeu agropecuária a apenas 5,5% no PIB.

Gráfico 5 – PIB POR SETORES DA ECONOMIA BRASILEIRA (2016)

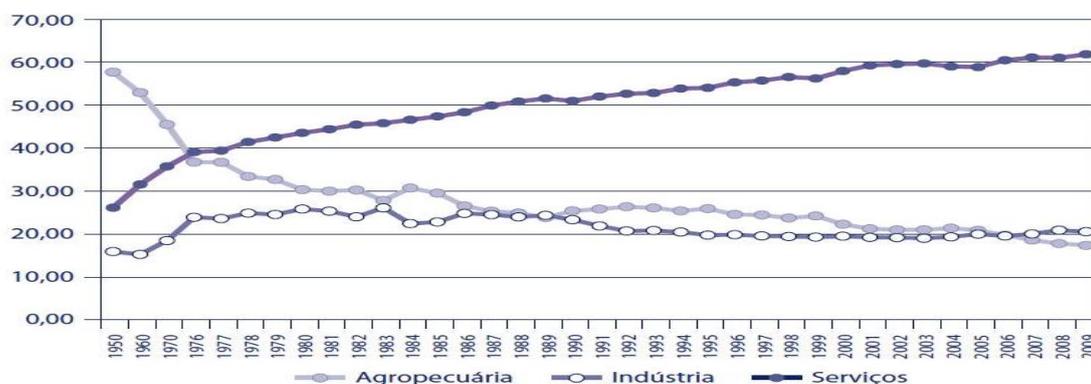


Fonte: DEPECON/Contas nacionais/IBGE

A posição de destaque que o setor de serviços assumiu na economia brasileira, embora apresente-se como tendência a empregabilidade pode implicar em consequências para produtividade agregada da economia. Embora, estudos recentes apontam o setor de serviços com produtividade relativamente alta, porém, o setor é composto por segmentos distintos e heterogêneos, destes alguns apresentam-se dinâmicos e convergente no processo de inovação. (SILVA, MENEZES FILHO E KOMATSU, 2016)

A ilustração gráfica da figura 9 mostra a composição do pessoal ocupado, segundo os macrossetores da economia e a figura 10 a composição do valor em percentual no período de 1950 a 2009.

Figura 9 – Composição do Pessoal Ocupado (PO), segundo macrossetores (%)

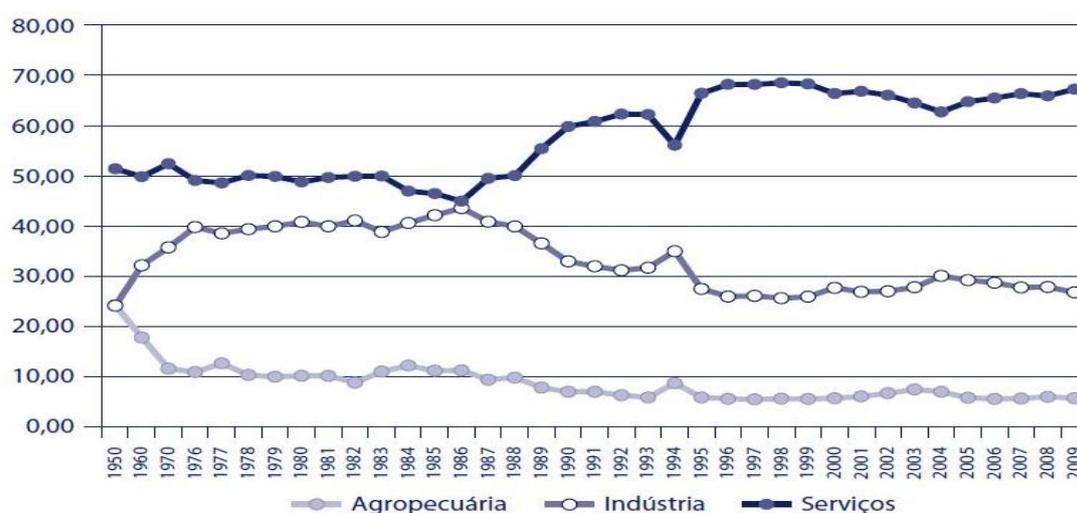


Fonte: Squaff e Nogueira (2013), p. 9 a partir do Censo e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE

Na composição do Pessoal Ocupado o setor de serviços apresentou uma tendência positiva a absorção de pessoas, indo de pouco mais de 16% em 1950 a 62,10% em 2009. No sentido oposto do setor de serviços, a agricultura sofreu uma tendência declinante passando de 57,92% em 1950 para apenas 17,30% em 2019. A indústria atingiu o pico em 1983 com 26,14% e estabilizou-se em torno de 20% na década de 1990 aos anos 2000. Silva et. all (2016) analisam o pensamento sobre a classificação de serviços como de baixa produtividade por Fisher em 1939, Clark (1940) e Baumol (1967) devido ao alto grau de informalidade e baixo incremento tecnológico. E por consequência sua ampliação no mercado de trabalho corroboraria para diminuir a produtividade da economia como um todo. Por outro lado, ressalta-se há segmentos no setor de serviços que são intensivos em tecnologias e exige uma gama elevada de inovação. Portanto, caber-se-ia análise do setor por segmento antes de tirar qualquer conclusão.

Em relação ao valor agregado por cada atividade nos macrossetores da economia, o valor adicionado (VA) da agropecuária como era de se esperar após análise do PO apresenta uma tendência declinante à medida que os serviços crescem. Nos anos 1950, representava quase 25% do valor adicionado e em 2009 menos de 6% do VA na economia brasileira. Contudo, a indústria apresentou crescimento do VA saindo da casa dos 20% nos anos 1950, atingindo o seu auge em 1980 com 40%, na primeira década do milênio ficou em torno de quase 30% do VA. Enquanto, o VA do setor de serviços desde a segunda metade dos anos 1990 apresentou convergência positiva e ficou acima de 60%.

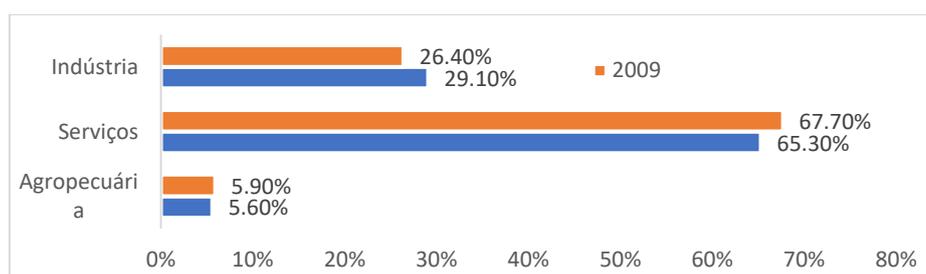
Figura 10 – Composição do Valor Adicionado a preços correntes, macrossetores (%)



Fonte: Squaff e Nogueira (2013), p. 10, a partir do Ipeadata e Sistema de Contas (IBGE)

Squaff e Nogueira (2013) apontam alterações sensíveis na estrutura produtiva do país de 1950 a 2009 nos macros setores (indústria, agropecuária e serviços) da economia, tanto a composição de pessoal ocupado (PO) quanto o valor adicionado (VA), porém chegam à conclusão de que não houve mudanças significativas na redução da heterogeneidade estrutural. Desse modo, seguindo a abordagem conceitual de heterogeneidade estrutural o estudo realizado por eles aponta para a necessidade de aumentar a produtividade de setores da economia de média e alta produtividade para que atinjam impactos significativos na redução do grau de heterogeneidade estrutural. A alteração da composição do PO na economia no longo prazo, de acordo com a participação dos macrossetores (Agricultura, Indústria e Serviços) na economia, denomina-se de mudança estrutural (SILVA et all, 2016). A participação dos macrossetores na economia brasileira pelo VA: a indústria apresentou queda de 9,28% em 2009 em relação ao ano 2000, o setor de serviços e agropecuária evidenciaram um crescimento de 3,67% e 5,36%, respectivamente.

Gráfico 6 – Participação no Valor Adicionado (Macrossetores)



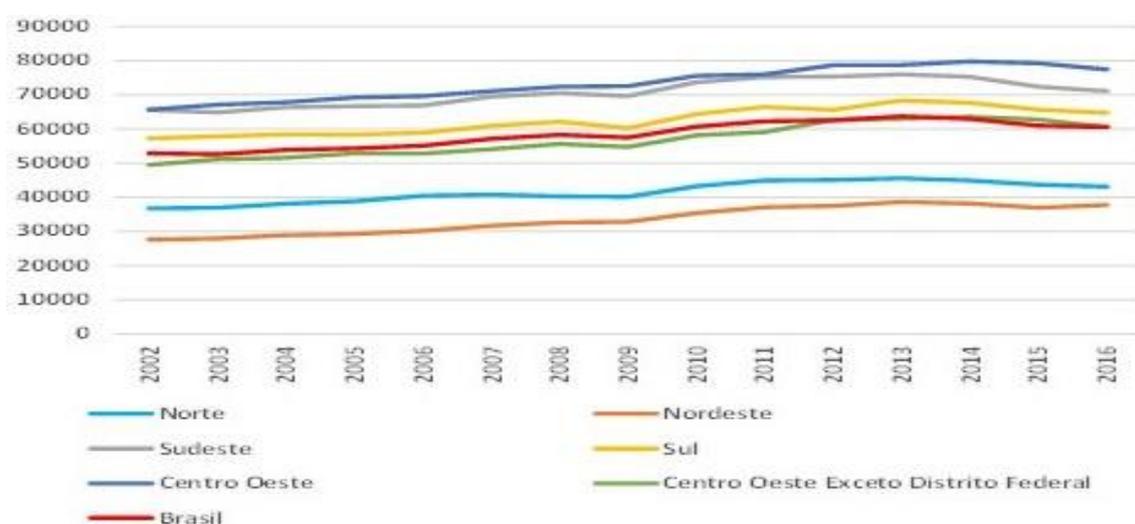
Fonte: Elaborado a partir dos Indicadores de HE - Nogueira e Oliveira (2017) /Sistema de Contas Nacionais

Os estudos realizados por Silva et. all (2016) mostram que o setor de serviços contribuiu para a queda na informalidade, assim como no aumento de ocupações de acordo com os dados da PNAD e crescimento nos salários do setor. Entretanto, segmentos do setor de serviços que exigem escolaridades baixa ou mediana apresentaram aumentos modestos comparado com os demais. O estudo também mostrou que o aumento na produtividade foi menor que as remunerações e salários obtidos (SILVA ET. ALL, 2016).

4.1.2 Análise da produtividade do trabalho no Brasil

A produtividade do trabalho é a relação da quantidade de bens e/ou serviços produzidos, considerando o tempo e recursos necessários. Conforme mostra a ilustração gráfica a seguir, pode-se observar que a região norte e nordeste são os que apresentam menores produtividade do trabalho em termos monetário. A região centro-oeste quando se tira o Distrito Federal (DF) acompanha a linha de produtividade do Brasil e ao acrescentá-la fica muito acima da produtividade da região, ultrapassando as regiões sul e sudeste. Fato este, que pode ser explicado devido ao Distrito Federal apresentar uma economia diversificada: comércio, serviço, agricultura, indústria além disso, abrigar a sede do governo federal e suas funções administrativas.

Figura 11 – Produtividade do Trabalho por Pessoal Ocupado: Brasil e Regiões (em R\$ 2016)



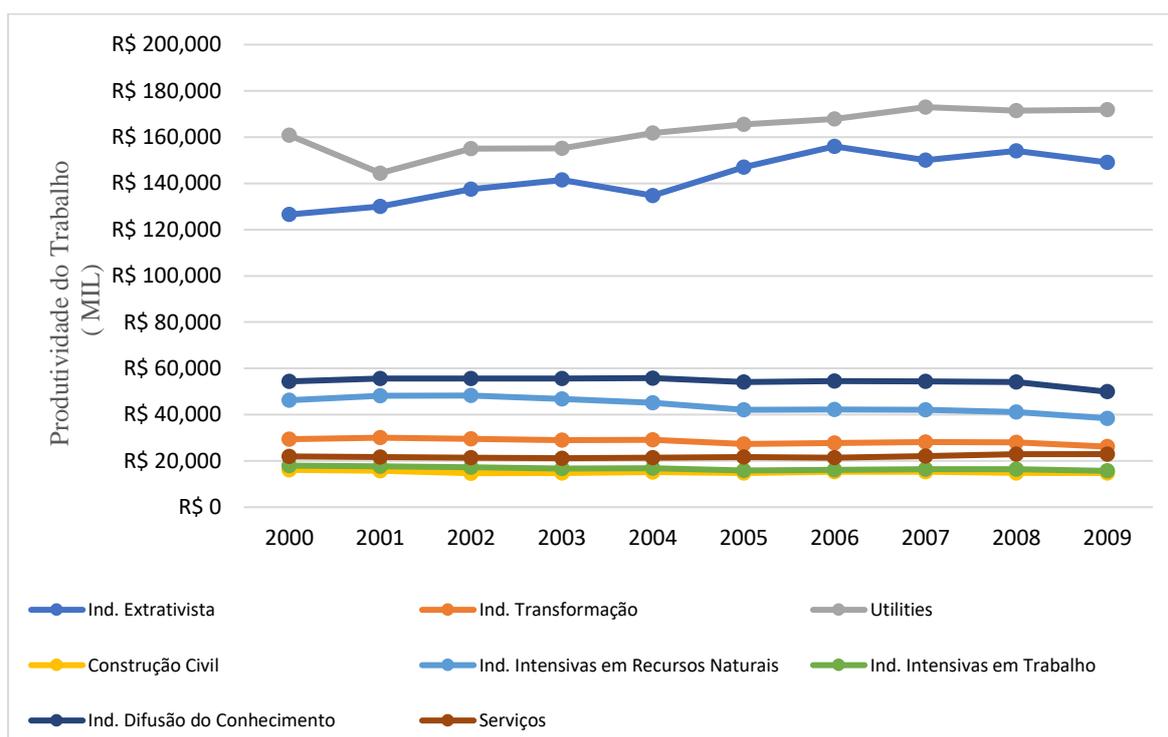
Fonte: IBRE/FGV a partir das Contas Nacionais, PNAD e PNAD Contínua (IBGE).

Conforme a Figura 11, todas as regiões brasileiras apresentaram um crescimento da produtividade do trabalho no período de 2002 a 2016, com pequena queda de 2008 para 2009, anos de impacto da crise internacional de 2008. A retomada de crescimento nos anos seguintes e queda substancial entre 2014 e 2016 que podem ser explicadas pela crise política, econômica e incertezas para novos investimentos reduzindo a atividade econômica. A região sudeste mostrou-se mais sensível nos efeitos da crise, seguida pela região centro-oeste quando incluso o Distrito Federal em relação a produtividade do trabalho nos anos de 2015 e 2016.

A produtividade do trabalho Intrasetorial $P_t = \frac{VA}{PO}$ onde VA é o valor adicionado que a atividade econômica agrega aos bens e serviços que são consumidos no seu processo

produtivo e PO é o número total de pessoas ocupadas. O Gráfico 9 mostra a produtividade do trabalho intrasetorial. Observa-se que a produtividade do trabalho é maior nos segmentos de infraestrutura como energia elétrica, gás, petróleo e saneamento. A produtividade da indústria extrativista também é elevada em comparação aos demais setores da economia. Por outro lado, a construção civil, serviços, indústrias intensivas em recursos naturais e indústrias intensivas em trabalho apresentam um fraco desempenho da produtividade do trabalho.

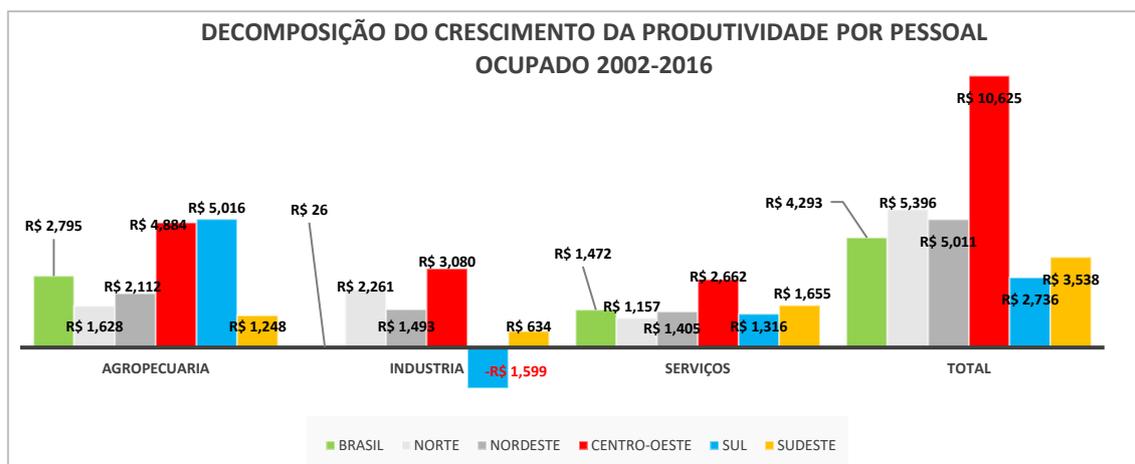
Gráfico 7 – Produtividade do Trabalho Intrasetorial (R\$ MIL)



Fonte: Elaborado a partir dos Indicadores HE dados extraídos do apêndice de Nogueira e Oliveira (2017) / Sistema de Contas Nacionais (IBGE).

O gráfico 8 mostra o efeito nível da decomposição do crescimento da produtividade do PO e, corresponde aos ganhos ou perdas que podem ser explicados de acordo com a eficiência intrasetorial. Ao analisar o gráfico, observa-se que todas as regiões brasileiras apresentaram ganhos de eficiência na agropecuária e no setor de serviços. Na indústria, embora, o Sudeste obteve ganhos de eficiência intrasetorial positivo, os ganhos com eficiência foram menores que nas demais regiões, exceto em relação a região sul. As perdas de eficiência intrasetorial na indústria da região sul foram equivalentes a quase metade dos ganhos com eficiência intrasetorial obtidos pela região centro-oeste entre 2002 e 2016.

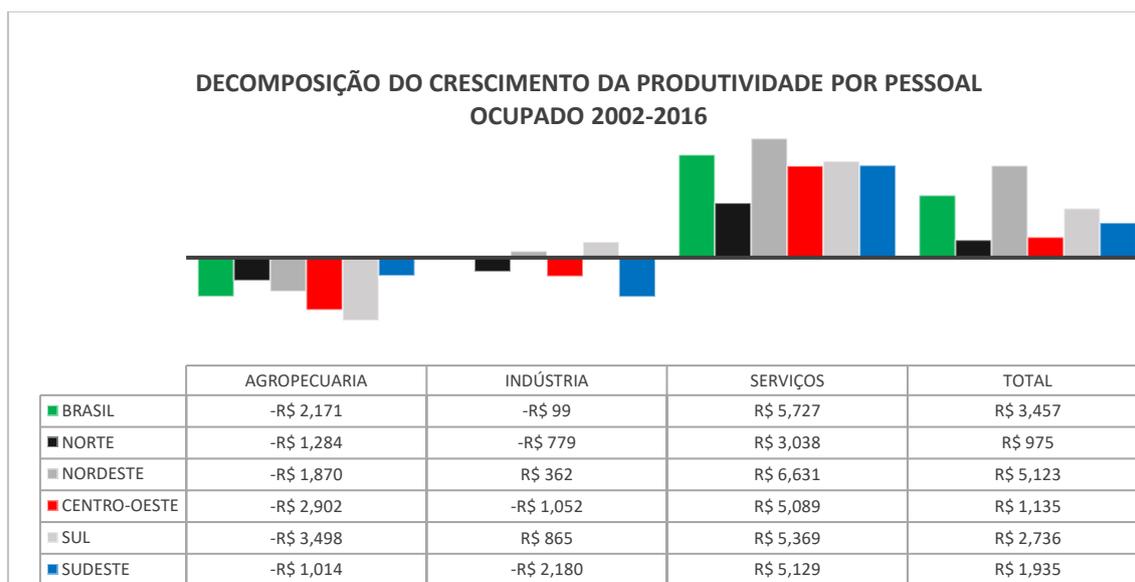
Gráfico 8 – Efeito Nível da Decomposição do Crescimento da Produtividade



Fonte: Elaborado a partir dos dados IBRE/FGV

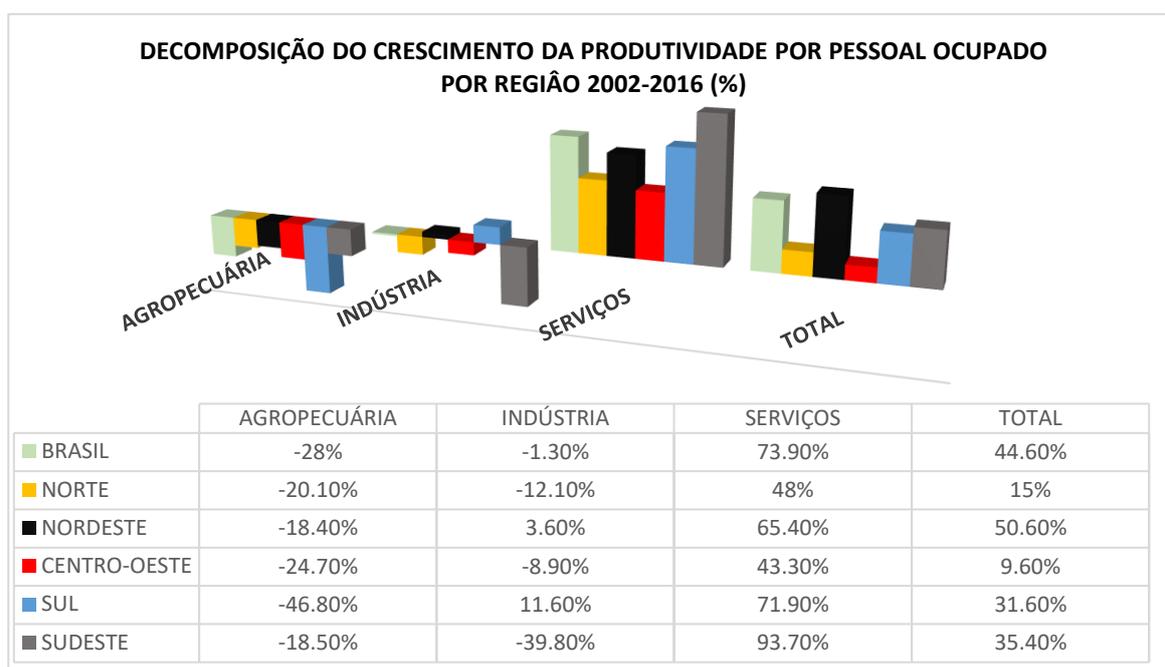
O efeito composição da decomposição do crescimento da produtividade Gráfico 9 e 10 mostram os ganhos ou perdas que podem ser explicados pelo processo de realocação da mão de obra para outros setores da economia. A agricultura ganhou em eficiência intrasetorial e obteve perdas nos ganhos com realocação de pessoal. Excetuando, a região sul e norte do país que apresentaram ganhos com o processo de realocação, as demais regiões sofreram perdas realocativas na industria. Os ganhos no setor de serviços mostraram-se elevados derivados ao processo de realocação da mão de obra que foi absolvida dos demais setores.

Gráfico 9 – Efeito Composição da Decomposição da Produtividade



Fonte: Elaborado a partir dos dados IBRE/FGV

Gráfico 10 – Efeito Composição da Decomposição da Produtividade



Fonte: Elaborado a partir dos dados IBRE/FGV

O efeito composição da decomposição da produtividade em percentuais permite visualizar o “boom” ocorrido no setor de serviços em função do fraco desempenho na indústria e a alta mecanização do campo. A região sudeste teve 93,70% da mão de obra realocada no setor de serviços, seguidas da região sul com 71,90%, a região nordeste com 65,40% e a região norte e centro-oeste com 48% e 43,30% respectivamente. De acordo com Boneli e Fontes (2013) o período de 2002 a 2009 de realocação de mão de obra na economia. Os preços relativos da indústria de transformação sofreram quedas consideráveis e conseqüentemente teve influências negativas contribuindo para o processo de desindustrialização no Brasil (SQUEFF, 2012).

Estudos sobre a heterogeneidade estrutural intrasetorial, realizados por Nogueira e Oliveira entre 2000 e 2009, mostram uma queda na redução da heterogeneidade estrutural na indústria combinada com uma redução na produtividade, fenômeno observado quando o setor aumenta o peso relativo das ocupações com absorção de um maior número de trabalhadores. Na persistência desse comportamento, ter-se-ia um quadro nocivo: queda na heterogeneidade, mas a patamares de produtividade cada vez mais baixos. A convergência perniciosa dar-se-ia por um “nivelamento por baixo” (NOGUEIRA & OLIVEIRA, 2014, p.19-20). As atividades que tiveram um maior impacto foram as mais dinâmicas na economia e na qual, esperava-se maiores “efeitos de arraste”. Ressalta-se

que este evento não ocorreu apenas nas indústrias consideradas tradicionais, segundo Nogueira e Oliveira (2014), mas também nas difusoras do conhecimento. O estudo também releva que embora, a indústria de transformação tenha incorporado trabalhadores provenientes da agricultura, ocorreu em segmentos menos dinâmicos, não proporcionando geração de riquezas na mesma proporção. Nos setores intensivos em recursos naturais não houve recuo, apenas estabilização no número de empregos.

Verifica-se que ao contrário do senso comum, o setor de serviços é um setor produtivo. E desfaz segundo Jacinto e Ribeiro (2015) a explicação dada por Baumol et. al. (1985) que o crescimento negativo da produtividade na indústria dar-se-ia pela mudança estrutural com a migração para o setor de serviços e conseqüentemente lento crescimento da produtividade na indústria. A evolução da produtividade neste setor foi positiva no período de 2002 a 2009, contrastando com a queda na indústria (JACINTO; RIBEIRO, 2015). Segundo os autores, não houve uma evidência que apontasse para uma possível doença de custos no Brasil entre 2002 e 2009, uma vez que a produtividade no setor de serviços apresentou crescimento superior a indústria e em especial, os serviços prestados às empresas, mesmo com o aumento na importância dos serviços no consumo intermediário da indústria. As divisões que compõe os serviços são heterogêneas e que os serviços prestados às empresas tiveram aumento de produtividade, o que descartaria, a possibilidade do desempenho pífio da produtividade da indústria de transformação no período observado dado pela mudança estrutural da economia no setor de serviços.

O padrão de crescimento da produtividade no setor de serviços apresenta similaridades e diferenças em relação à indústria: enquanto em ambos a dinâmica da produtividade é, em geral, explicada pelo comportamento intra-setorial, não tendo verificado bônus estrutural. Entretanto, encontrou-se no setor de serviços um efeito positivo proveniente da realocação de mão de obra para segmentos mais produtivos dando dinâmica da produtividade, ao contrário da indústria do que pode ser observado na indústria (JACINTO; RIBEIRO, 2015, p. 416).

Produtividade No Agronegócio

A produtividade do trabalho que mais cresce no Brasil é do Agronegócio e impulsiona o PIB do setor. Entende-se por agronegócio todo o processo utilizado na produção da agropecuária intensiva, biotecnologias e tecnologias necessárias a produção.

Neste processo ocorre o transbordamento em outros setores da economia como bancos, através do fornecimento de linhas de crédito; indústria de insumos agrícolas com fertilizantes, inseticidas, sementes e herbicidas; Indústria de máquinas e equipamentos (tratores, maquinários e peças para reposição); serviços veterinários e indústria que forneça vacinas e rações para gado de corte e leiteiro, entre outros. Dados a importância do agronegócio e o seu transbordamento a outros setores, entende-se que esses setores e segmentos da economia ligados ao agronegócio precisam acompanhar este desenvolvimento e incrementar novas tecnologias inclusive com pesquisas e investimentos em P&D privados ou públicos como aconteceu com o setor agrícola com pesquisas e desenvolvimento de técnicas realizadas pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

Conforme mostra a tabela a seguir o número de pessoal ocupado no agronegócio por segmento, corresponde a um quinto do pessoal ocupado no mercado de trabalho.

Figura 12 – Tabela Pessoal Ocupado no Agronegócio por Segmento (2012-2017)

	PESSOAL OCUPADO NO AGRONEGÓCIO POR SEGMENTO (em número de pessoas)					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
A) Insumos	174.562	184.739	230.203	233.598	198.389	224.489
B) Agropecuária	9.886.984	9.674.375	9.073.473	9.008.341	8.877.703	8.344.200
C) Indústria	4.046.651	3.957.713	4.156.753	4.107.965	3.768.079	3.847.616
D) Serviços	5.384.304	5.524.316	5.659.238	5.646.847	5.573.335	5.708.640
Agronegócio Total (A+B+C+D)	19.492.500	19.341.143	19.119.666	18.996.751	18.417.506	18.124.946
E) Brasil Total	89.064.176	90.301.977	91.637.553	91.685.099	89.975.002	90.293.656
Participação do Agronegócio no Total de Ocupados no País (A+B+C+D)/E	21,89%	21,42%	20,86%	20,72%	20,47%	20,07%

Fonte: CEPEA/FEALQ

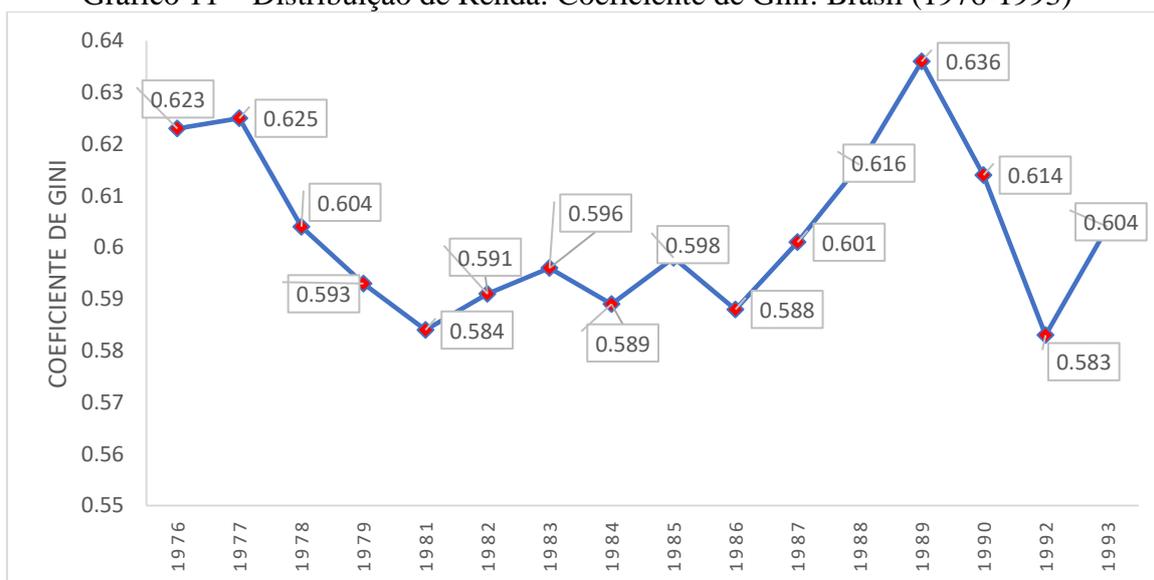
A produtividade do trabalho no agronegócio cresceu em níveis superiores à os setores médios da economia brasileira em praticamente todos os anos entre 2004 e 2015 com exceção em 2012 e 2014, apresentou uma alta acumulada superior em 16 p.p. a da produtividade do resto da economia brasileira (CASTRO, 2019). Para o agronegócio, a expansão da produtividade foi de 46,9% (3,5% a.a.), segundo Castro (2019), o Brasil por sua vez, apresentou 31%, com média de 2,5% a.a. Para a pesquisadora, o resultado deve-se a investimentos em capital humano, tecnologia, uso de insumos modernos e inovações.

4.2 DESIGUALDADE SOCIAL

O Índice de Gini _ mede o grau na distribuição de renda domiciliar em termos per capita entre os indivíduos de uma economia _ teoricamente, seu valor pode variar entre 0

e 1, quanto mais próximo de zero melhor é a distribuição de renda e quanto mais próximo de 1 mais desigual é o país, apresentando maior concentração de renda. Supondo que um único indivíduo ou família pudesse deter toda a renda de uma economia, a renda dos demais indivíduos tornariam nulas constituindo assim, uma economia com desigualdade “máxima ou perfeita”. Da mesma forma, pode-se supor que se em uma economia a renda fosse distribuída entre todos indivíduos não haveria desigualdade que por outro lado, reduziria os incentivos para que esta economia possa se desenvolver. Na prática, os extremos não são observados nas economias em geral, exceto quando se há centralização do poder e afastamento da constituição de uma sociedade democrática onde os direitos as liberdades individuais e escolhas são preservados. Analisar-se-á o índice de Gini considerando os efeitos da inflação na vida dos indivíduos combinados com a análise do número de domicílios abaixo da linha de pobreza.

Gráfico 11 – Distribuição de Renda: Coeficiente de Gini: Brasil (1976-1993)



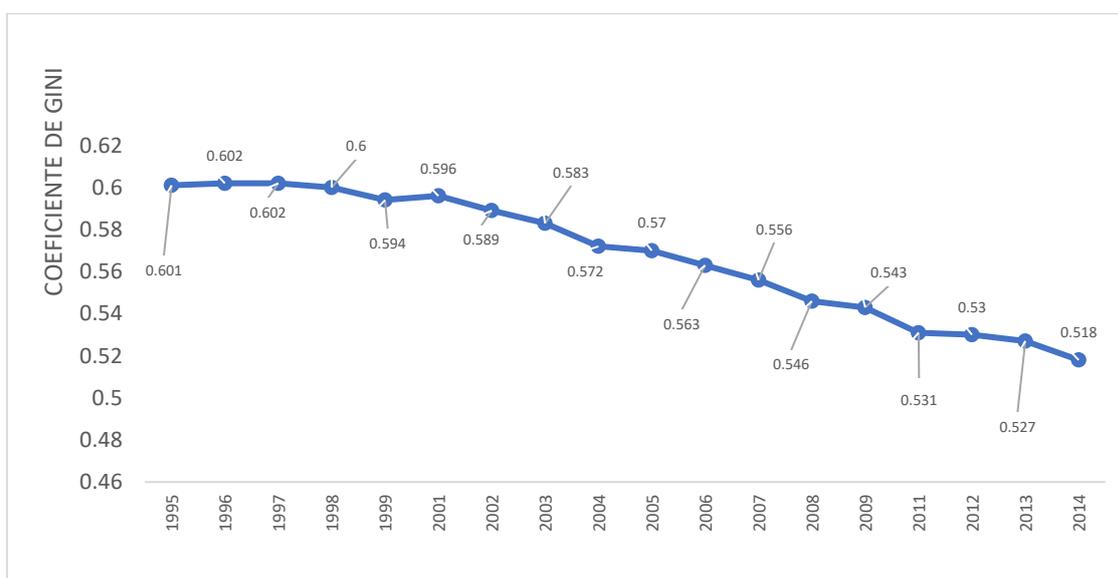
Fonte: Elaboração a partir dos dados do Ipeadata.

A trajetória de queda de 1977 a 1981 no índice de Gini, apesar de em 1984 apresentar queda, dados de 1983-1984 mostra uma fatia maior da população abaixo da linha da pobreza, neste período que atinge o patamar de 40% dos domicílios brasileiros abaixo da linha da pobreza (Gráfico 14). A inflação medida pela IPC neste período (Índice de Preço ao Consumidor) era de 164,012% e 215,264%, respectivamente. As circunstâncias históricas eram de um nivelamento não desejado aos indivíduos dessa economia dado um empobrecimento da economia como um todo, principalmente aos trabalhadores e a camada mais pobre da sociedade que viam seus rendimentos sendo

corroído pela inflação. Em outras palavras, nem sempre o índice consegue evidenciar todas as nuances das economias periféricas ou em desenvolvimento para captar se houve ou não uma redução real nos níveis de desigualdade partindo do pressuposto que os indivíduos que estavam em situação menos favorecidas melhoram suas condições de vida de acordo com o desenvolvimento econômico do país e não uma redução devido a empobrecimento da economia como um todo.

Desse forma, observa-se que planos de combate à inflação na década de 1980 contribuíram para aumentar o nível da desigualdade de renda no Brasil, uma vez que a camada mais pobre da população não apresentava condições de se precaver contra a inflação, muitos sequer tinham acesso a bancos sofriam duplamente: com o processo inflacionário e com o efeito adverso das mudanças na moeda em curtos intervalos de tempo. O índice de Gini foi de 0,588 em 1986 para 0,636 em 1.989, caindo em 1990-1992, mas não necessariamente houve uma melhora real no nível de distribuição de renda. Neste período, a economia brasileira sofreu com um processo de estagflação – combinação do aumento de desemprego e inflação.

Gráfico 12- Distribuição de Renda: Coeficiente de Gini (1995-2014)

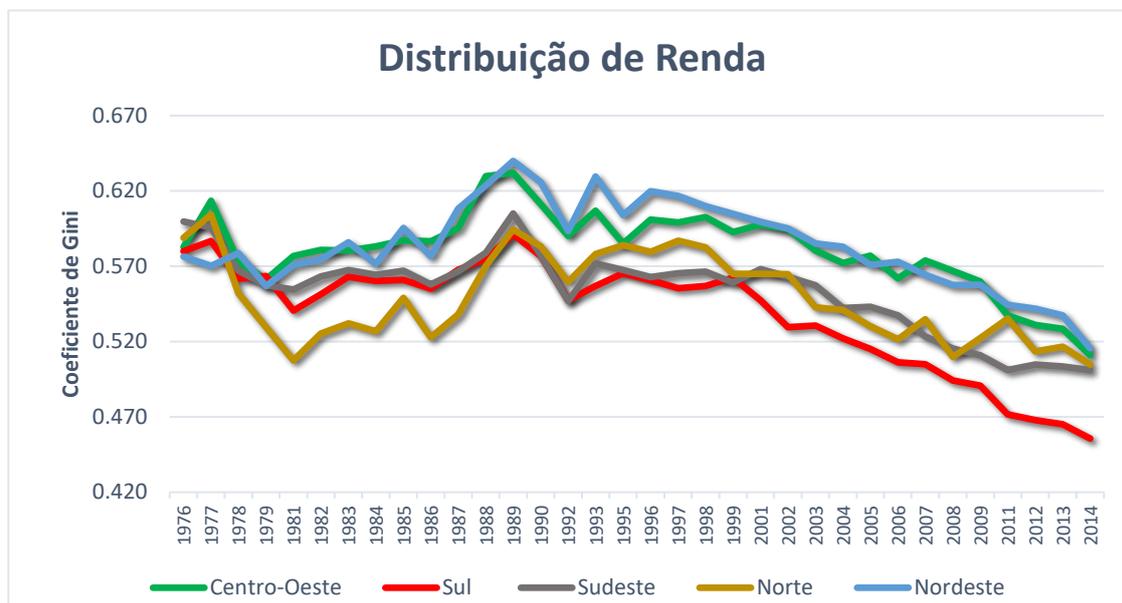


Fonte: Elaboração a partir dos dados do IPEA-DATA

A partir de meados dos anos 1990, apresenta uma trajetória queda real no índice de Gini (Gráfico 12) com o poder de compra da população preservado indo de 0,601 em 1995 a 0,583 em 2002 e chegando a 0,518 em 2014, indicando uma melhor distribuição de renda. No entanto, vale ressaltar que há indício de concentração de renda entre o 1%

mais rico da população entre 2006 e 2014 (ONU, 2017) o que sugere para diversos autores um achamento da classe média neste período.

Gráfico 13 – Distribuição de Renda: Coeficiente de Gini Por Região (1976-2013)

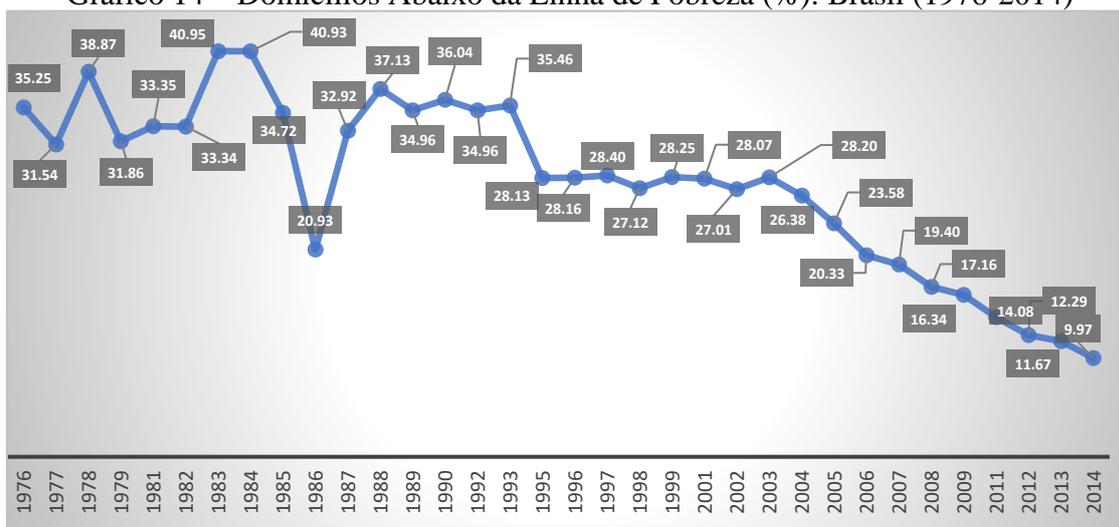


Fonte: Elaboração a partir dos dados IPEA-DATA

As regiões mais desiguais são a região centro-oeste e o nordeste do Brasil de acordo com o índice de Gini. A desigualdade na distribuição de renda foi maior na região sudeste em 1976, na região centro-oeste nos anos de 1977, 1979, 1981, 1982, 1983, 1986, 1988, 2005, 2007 e 2008 e na região nordeste :1978, 1983, 1985, 1987, 1989, 1990, de 1992 a 2004, 2006 e 2009 a 2014. A região norte apresentou menores níveis de desigualdade na distribuição de renda entre 1978-1988, a região sudeste em 1992 e a região sul entre 1996 a 2014.

O percentual de domicílios, com saneamento básico adequado, também cresceu gradualmente nas áreas urbanas à medida que a economia se estabilizava e o poder de compra da população era preservado. Em 1992, apenas 52% das residências contavam com saneamento adequado, em 1998 o percentual chegou a 61,8%) e em 2003 atinge o percentual mais alto de cobertura da série em termos de saneamento com 64,1% das residências com acesso a água potável e rede de esgoto e queda no percentual de residências com acesso a saneamento no ano seguinte para 60,3%, manteve-se em 61,5% 2005 e 2007 e subiu para 62,4% o número de domicílio com acesso a saneamento básico adequado.

Gráfico 14 – Domicílios Abaixo da Linha de Pobreza (%): Brasil (1976-2014)

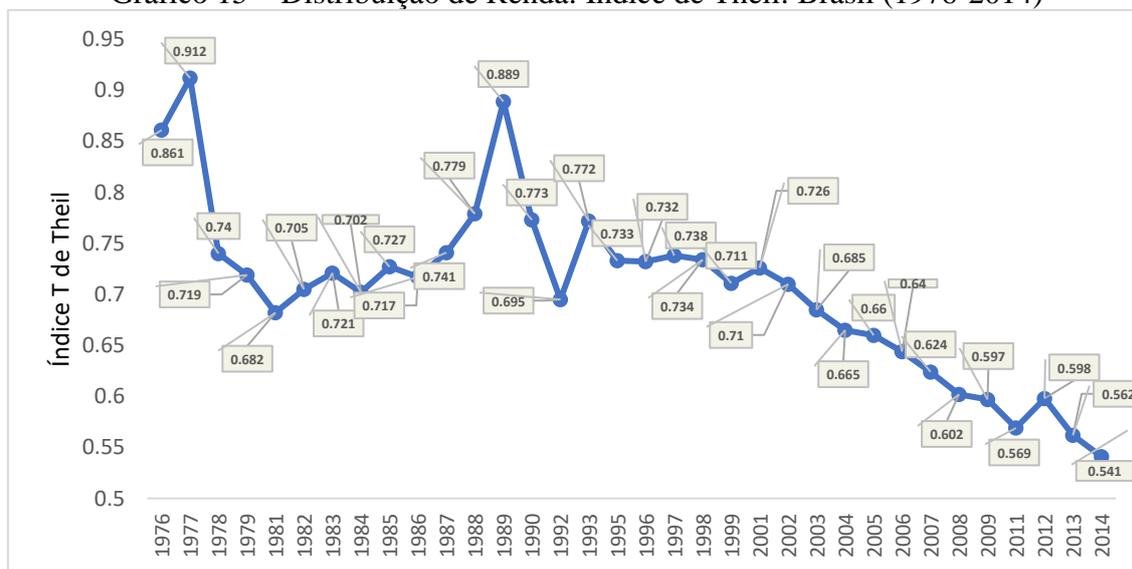


Fonte: Elaboração a partir dos dados IPEA-DATA.

O plano real teve influências positivas pela análise do gráfico acima na vida dos brasileiros, a partir do gráfico acima. Na segunda metade da década de 1990, o percentual de domicílios abaixo da linha da pobreza manteve-se estável e abaixo de 28,5% apesar dos ataques especulativos que a economia brasileira sofreu com os efeitos da crise no México em 1995, dos tigres asiáticos em 1997 e da Rússia em 1998 e a crise cambial com a desvalorização do real, em 1999. Após a estabilização da economia brasileira com o plano real, políticas de valorização do salário mínimo nos anos 2000 e programas de estímulo a economia com obras públicas, combinadas a um fatores como programas de transferência de renda e políticas educacionais pode ser verificado nos primeiros anos do século XXI uma tendência constante de queda na proporção do número de domicílios com renda média inferior a linha de pobreza chegando a alcançar 9,97%, em 2014, o nível mais baixo desde 1976. Segundo Furtado (1969), a concentração da renda e terra predetermina a composição setorial do investimento e escolhas tecnológicas que leva a fração moderna da estrutura produtiva latino-americana a um grau de intensidade de capital similar ao praticado nos países desenvolvidos. No entanto, enquanto nos países desenvolvidos a tecnologia empregada pode ser adequada para manutenção de pleno emprego e altos salários, na América Latina torna-se inapropriada e insuficiente para absorver a oferta de mão de obra que é abundante e por conseguinte, elevar salários de forma sistemática com um padrão de investimento o que reforça a concentração de renda, o excesso da força de trabalho e baixos salários que fortalecem a composição dos investimentos de forma inadequada.

Quando analisa-se a desigualdade social no Brasil a partir do Índice de Theil, que assim como o coeficiente de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos, este por sua vez, é dado pela razão logarítmica entre as médias aritmética e geométrica das rendas individuais, sendo nulo quando na inexistência da desigualdade de renda entre os indivíduos e tende ao infinito quando a desigualdade aponta tendência máxima. Assim como índice de Gini, quanto mais próximo de 1 mais desigual é a sociedade e quanto mais próximo de zero, melhor é a distribuição de renda entre os indivíduos de uma economia. Segue uma lógica de uma distribuição de renda entrópica, o gráfico a seguir consegue relativamente captar algumas nuances na dinâmica da economia brasileira nos períodos em que há influências externas e internas como por exemplo crises, processo inflacionário. Pode-se observar que uma trajetória de queda no índice de Theil meados dos anos 1990 com o plano real, um aumento recente em 2012. Em 1977 atingiu o patamar mais alto 0,912 apontando para uma situação de extrema desigualdade na distribuição de renda, em 1989 deu-se o segundo maior resultado de 0,889.

Gráfico 15 – Distribuição de Renda: Índice de Theil: Brasil (1976-2014)



Fonte: Elaboração a partir dos dados IPEA-DATA.

As decomposições dos índices de Theil realizados por Soares (2013), mostraram resultados coerentes com a tese: uma queda mesmo que pequena, incipiente na heterogeneidade estrutural contribui para reduzir as desigualdades de rendimentos do trabalho. No mesmo ano, Squeff e Nogueira (2013) concluíram que não é possível reduzir as desigualdades de renda no Brasil sem que haja aumentos significativos nos níveis de

produtividade. Logo, é essencial reduzir as assimetrias na estrutura produtiva de diversos segmentos e setores da economia brasileira com o objetivo de gradualmente torná-las mais homogêneas.

4.3 MUDANÇAS ESTRUTURAS (1990-2015)

O Brasil, com a crise financeira e fiscal nos anos 1980 dado o esgotamento do modelo de substituição de importações que havia determinado mudanças na estrutura econômica modernizando a sociedade e economia brasileira na década de 1970, em especial, a agricultura passa a se aproximar do mercado, no final dos anos 1980 e intensifica-se na década seguinte. O modelo de desenvolvimento adotado entre 1960-1980 que tinha como premissas a expansão da agropecuária, substituição por importação, urbanização e industrialização aproxima-se do mercado que torna a principal instituição responsável pela alocação e distribuição dos fatores de produção na economia. As bases para as transformações das estruturais e institucionais vieram das diretrizes estabelecidas no *Consenso de Washington*. A adoção do novo modelo, nos últimos 30 anos, aderiu a uma lógica de acumulação de capital regida pela financeirização da produção de *commodities* e pela globalização dos mercados (UNCTAD, 2008). Por outro lado, a adoção em 1990 de um sistema universal de saúde permitiu redistribuir renda. Anterior a este período apenas brasileiros com carteira assinada tinha assistência médica pelo antigo INPS, os demais ou pagavam para ter acesso ou disputavam vagas nos poucos hospitais públicos espalhados pelo país e algumas Santa Casa de Misericórdia que existiam a época. De acordo com Varella (2019) ficavam enquadrados na indigência social mulheres solteiras sem marido e com direito a INPS, trabalhadores informais, trabalhadores rurais e desempregados. Pode-se considerar que o início da década de 1990, corresponde também ao início de uma mudança estrutural não apenas na dinâmica econômica do país como também uma mudança estrutural em um processo de redistribuição de renda.

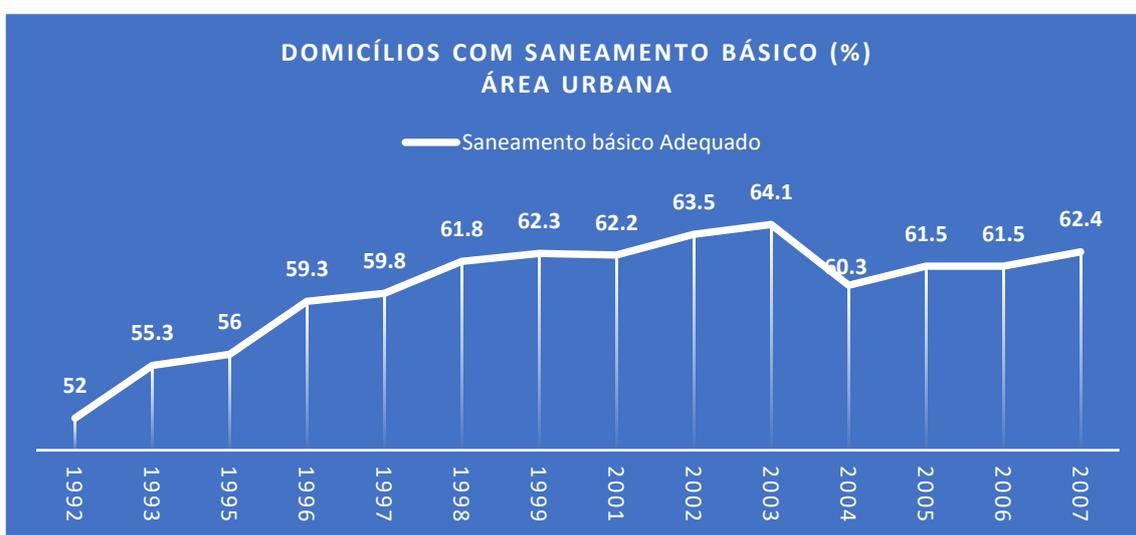
4.3.1 Mudanças Sociais

As políticas públicas na área da saúde como vacinação obrigatória as crianças, acompanhamento médico durante o pré-natal e um poder de compra preservado, permitiram a população brasileira ao longo da década de 1990 e adentrar o século XXI com garantias mínimas ao indivíduo que foram estabelecidas pela constituição federal de 1988 e regulamentadas pela lei Nº **8.880/1990** (criação do Sistema Único de Saúde) contribuindo de

forma significativa para aumentar o número de residências com acesso a saneamento básico adequado e redução da taxa de mortalidade infantil. Doenças como Sarampo, poliomielite, difteria e rubéola foram erradicadas no país com a ajuda das campanhas de vacinação em massa e aumento no saneamento básico. O SUS mais que um plano de saúde universal, abrange fatores essenciais que contribuem para elevar o índice de desenvolvimento humano, na redução da mortalidade infantil e das desigualdades sociais.

“Art. 3º A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País.”
(Planalto, 1990)

Gráfico 16 - Percentual de Domicílios com Saneamento Básico Brasil: Área Urbana



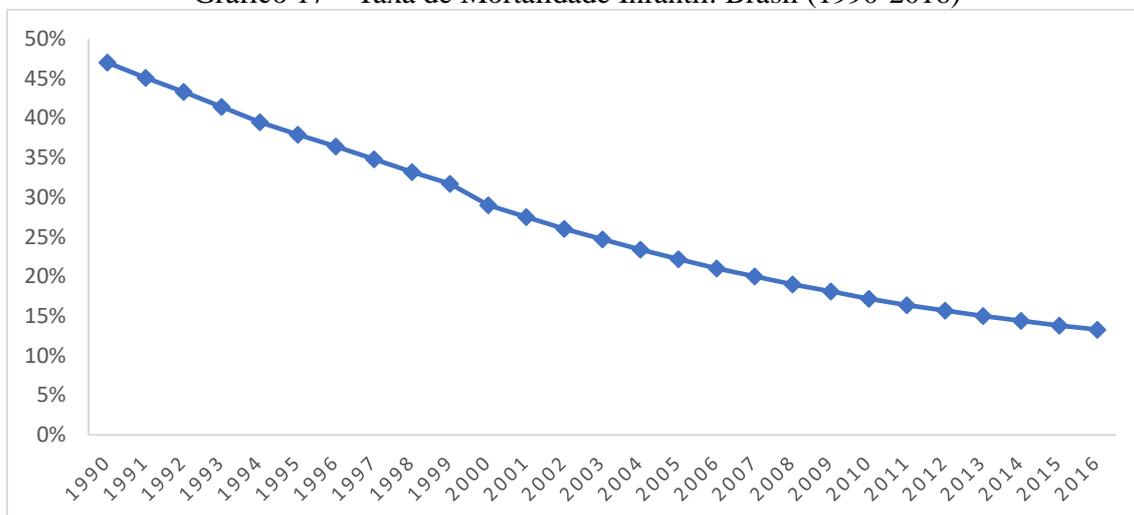
Fonte: Elaboração a partir dos dados IBGE

O percentual de domicílios com acesso a saneamento básico adequado subiu gradualmente na década de 1990 e atingiu cerca de 64,1% dos domicílios brasileiros em 2003, declinando no ano seguinte para 60,3%. Enquanto, a taxa de mortalidade infantil que é representada pelo número de crianças que vem a óbito antes de completar o primeiro ano de vida a cada mil crianças nascidas vivas no período de um ano. No período de 1990 a 2016 apresentou uma tendência linear decrescente, alcançando em 2016 a menor taxa 13,3%. O sistema único de saúde (SUS) funcionou no país como um dos maiores distribuidores de renda no Brasil.

Segundo Simão e Orellano (2015), o Sus apresenta-se uma importante ferramenta redistributiva com as transferências intergovernamentais para a saúde com o objetivo de redistribuir recursos ao longo do país, como também, exige uma maior capacidade de gestão

pelos poderes locais. Os resultados em estudos realizados mostram que a receita municipal per capita, mesmo ao excluir o piso de Atenção Básica Fixo, exerce resultados significativos e positivos em relação as transferências realizadas pelo fundo do sistema único de saúde. (SIMÃO & ORELLANO, 2015).

Gráfico 17 – Taxa de Mortalidade Infantil: Brasil (1990-2016)



Fonte: IBGE / SINASC (Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos) e SIM (Sistema de Informações sobre Mortalidade) do Ministério da Saúde SVS

A taxa de mortalidade infantil está estreitamente relacionada ao rendimento familiar, ao nível de fecundidade, à escolaridade das mães, à nutrição e ao saneamento ambiental. É um indicador essencial de medida em termos socioeconômicos e permite avaliar a disponibilidade do acesso aos serviços e recursos relacionados à saúde, tais como a atenção ao pré-natal e ao parto, a cobertura vacinal contra doenças infecciosas infantis, a implantação da Terapia de Reidratação Oral (TRO) e a disponibilidade de saneamento básico etc., fatores estes, fundamentais para o desenvolvimento humano e econômico de um país. Pode-se observar que em apenas 26 anos, o número de mortes em crianças nascidas vidas no primeiro ano vida, apresentou uma queda bastante significativa em torno de 71,70% na taxa de mortalidade infantil. A redução da mortalidade infantil ocupa um lugar de destaque entre os objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas e visa proporcionar às pessoas em geral condições de vida adequadas à uma sobrevivência digna. De acordo com Émile Durkheim as relações contratuais desenvolvem necessariamente com a divisão do trabalho, sendo o contrato a forma jurídica que esta adquire. Segundo o autor, uma das variedades importantes da solidariedade orgânica é o que se pode chamar de solidariedade contratual. A solidariedade contratual disporia de tudo que pudesse perturbar a ordem da sociedade. Enquanto nas sociedades menos desenvolvidas apresentam instável as

relações contratuais sem maiores inconvenientes, sendo os conflitos que nascem dessas relações em maior gravidade à medida que os próprios contratos adquirem uma maior importância na vida das pessoas (DURKHEIM, 1999, p. 400).

4.3.2 Endividamento, financiamento e balança comercial

Na década de 1990, a abertura comercial e desregulações dos mercados levaram o país tanto a desenvolver antigos mecanismos de intervenção na economia quanto criar instrumentos que fossem necessários para garantir um ambiente de estabilidade financeira. Aprofundou as reformas estruturais e com as privatizações que abrangiam inclusive a produção de *commodities* minerais trouxe mudanças na forma como o país estava inserido no mercado globalizado. O aprofundamento do Brasil nas finanças e comércio exterior de um mercado globalizado teve reflexos nas contas de capital, comerciais, financeiras e no balanço de pagamentos _ os efeitos desse aprofundamento podem ser vistos nos gráficos da balança comercial e transações corrente, 21 e 22, respectivamente. Todavia, a necessidade de captação de recursos externos para financiar o processo de estabilização da economia brasileira deu-se por meio de dois fatores: a política monetária restritiva com alta taxa de juros e liquidez do mercado financeiro internacional.

O Plano Brasil Novo adotou medidas radicais no combate à inflação conciliadas a liberação fiscal e financeira _ instituído em março de 1990, estabeleceu reformas na política de comércio exterior e industrial. Dentre as medidas:

- 1) a criação de um novo imposto IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) que incidiria sobre todos os ativos financeiros, transações com ouro e ações e retiradas das cadernetas de poupanças;
- 2) O congelamento por um ano e meio de 80% dos depósitos em overnight que fossem superiores a NCz\$50 mil, que por sua vez, foi substituído por instrumentos fiscais que tinham no cálculo as taxas antecipadas de produção de papéis públicos e privados que tiveram efeitos positivos no combate à inflação de curto prazo.
- 3) Liberalização do câmbio dentre outras medidas para promover abertura econômica gradual.
- 4) Após a substituição da ministra Zélia Cardoso de Melo por Marcílio Marques Moreira, instituiu-se um plano de políticas que combinam políticas fiscais restritiva

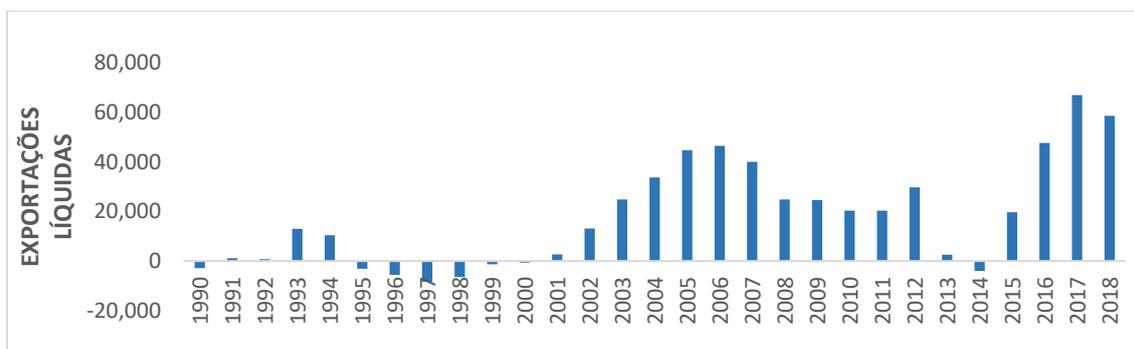
com altas de juros para atrair capital que em conjunto com o empréstimo liberado pelo FMI de 2 bilhões de dólares, na época que contribuiu para formação de reservas que seriam necessários e utilizados no início para implementação do Plano Real.

Em 27 de fevereiro de 1994, após o fracasso no combate à inflação do plano Brasil Novo, inicia-se um novo plano de estabilização da economia por meio da Medida Provisória nº **434/94** com observância no art. 62 da Constituição Federal de 1988, a medida passou a dispor com força de lei, sobre o sistema financeiro, o sistema monetário e a criação da URV (Unidade de Reserva de Valor). Antes disso, ocorreu a uma nova mudança na moeda que instituiu o cruzeiro real para fins de ajustes de valores e a obtenção do corte de mais três zeros. O valor em URV em cruzeiros reais era utilizado pelo banco central como parâmetro básico para negociação em moeda estrangeira, embora fosse facultativo a adesão pelos demais agentes da economia. Operações realizadas por instituições financeiras, financiamentos habitacional e de saneamento, depósitos em cadernetas de poupança, arrendamento mercantil, crédito rural entre outros continuavam expressos em cruzeiros reais (PLANALTO, 1994). Enquanto, o salário mínimo, benefícios pagos pela previdência social e salário dos trabalhadores em geral, inclusive vencimentos, proventos, soldos e pensões de servidores público e militares passaram a serem expressos em URV. Dessa forma, formava-se uma demanda no mercado interno, antes reprimida pela corrosão salarial ao manter preservado o poder de compra. Os anos de 1993 e 1994 foram de compromisso com o equilíbrio das contas públicas, aumento de receitas e redução de despesas. Assim, a desindexação da economia com a indexação de todos os preços da economia visou corrigir o círculo vicioso de indexação que corrigiam os valores pela inflação passada em intervalos curtos.

A finalidade das privatizações era mais se livrar da realização de novos investimentos que pudesse gerar gastos que causava inflação (quando realizadas pela emissão de mais moeda) que a obtenção de recursos em si propriamente dito. Com a abertura econômica e a redução gradual nas tarifas de importações combinadas com o plano de contingenciamento somado a manutenção do câmbio valorizado artificialmente durante o processo de abertura comercial com o objetivo de conter a inflação provocou um efeito colateral no saldo da balança comercial. Neste contexto, políticas monetárias restritivas foram adotadas para atrair o capital estrangeiro elevando as taxas de juros com o objetivo de financiar a balança comercial e segurar o plano até que a economia estivesse

estabilizada. Desse modo, a entrada de capital especulativo no país devido as altas taxas de juros da política monetária contribuíram para manutenção do câmbio fixo, tornando-se solução para resolver os problemas com o saldo negativo da balança comercial e das transações correntes. O saldo da balança comercial operou negativo entre 1995-2000, Gráfico 18.

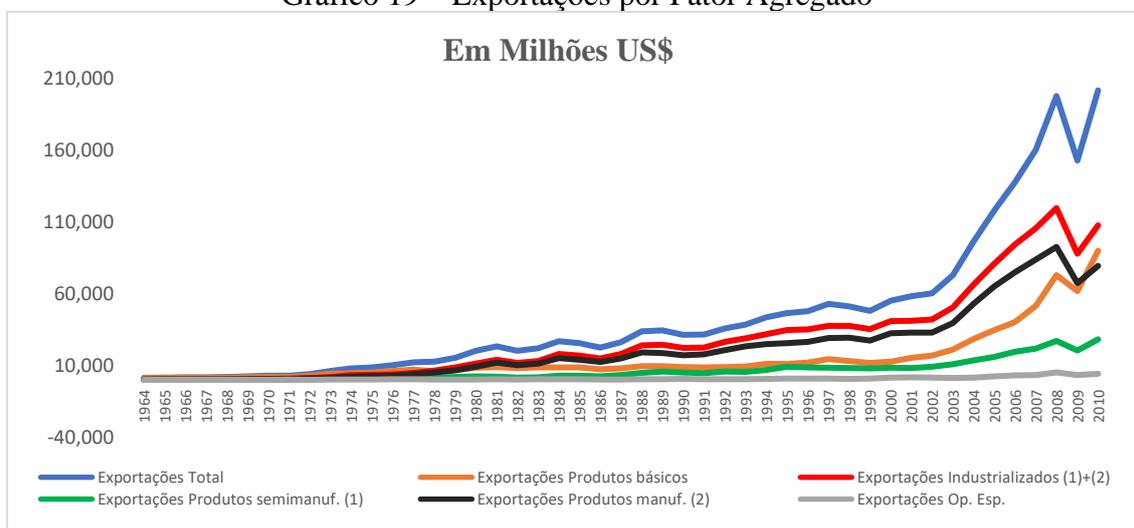
Gráfico 18 – Saldo da Balança Comercial: Brasil (1990-2018)



Fonte: Elaboração a partir dos dados do MIDIC

Observa-se que a exportação de produtos industrializados (produtos manufaturados e semimanufaturados) foram os itens que apresentaram maior peso nas exportações brasileiras desde os anos 1980, continuou crescendo na década de 1990.

Gráfico 19 – Exportações por Fator Agregado



Fonte: Elaborado a partir dos dados IPEA/DIMAC.

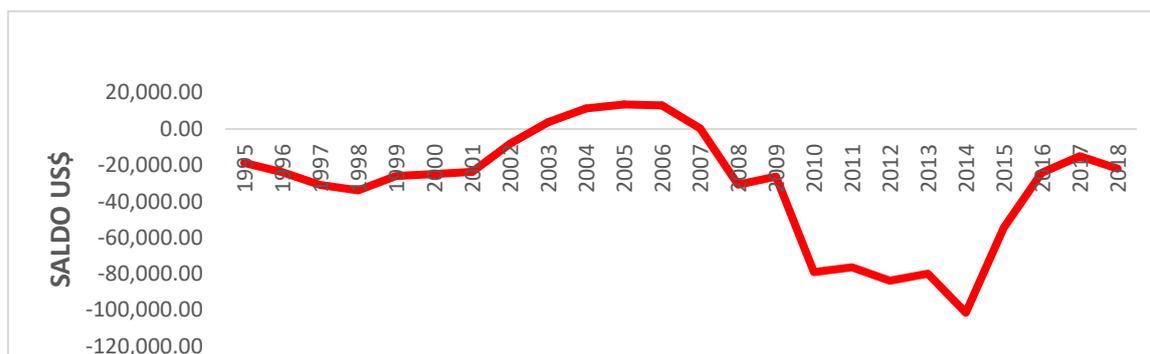
As exportações de produtos industrializados apresentaram ápice em 2008 e queda em 2009, recuperando em relação ao ano anterior em 2010. Embora tenha se consolidado o modelo primário exportador, as exportações de produtos básicos são inferiores a soma

de exportações de industrializados (semimanufaturado e manufaturados) no período analisado.

A mudança estrutural na política monetária na taxa de câmbio frente a manutenção da ancoragem cambial, mantinha o câmbio valorizado artificialmente nas fases iniciais do plano real. A entrada de capital por meio de recursos em empréstimos contraído em 1998, 2001 e 2002 com o Fundo Monetário Internacional, a desvalorização do real com a crise cambial e adoção do regime de metas de inflação 1999 com câmbio flutuante contribuíram para reduzir os déficits da balança comercial, tornando-a superavitária em 2001. O mesmo efeito verifica-se nas transações correntes que operou no negativo e apresentou um ponto de inflexão em 1998 e recuperação gradual nos anos seguintes. As transações correntes registram todas as operações realizadas entre o Brasil e os demais países como serviços, rendas e transferências monetárias _ apresentou recuperação gradual de 1998 a 2002 e permaneceu positiva nos anos seguintes (2003-2007).

Por conseguinte, a inserção no mercado internacional significa ajustar-se a dinâmica de desenvolvimento dado que as estruturas produtivas dos países em desenvolvimento surgiram da exigência para atender as demandas das economias desenvolvidas como pedras preciosas, mão de obra barata e vantagens para realização de investimentos (NOHLEN & STURM, 1982). Neste contexto, pode se fazer um paralelo com os juros altos da década de 1990 que permitiu financiar os saldos negativos das transações correntes e posteriormente a guerra fiscal entre os estados brasileiros para atrair capital produtivo e gerar empregos com instalações de indústria. A partir de 2007 as transações correntes (Gráfico 20) têm apresentado resultados negativos (não é objetivo aqui verificar aqui se há ou não um pensamento racionalizado de financiamento dos saldos negativos por trás como houve na década de 1990), tendo estes, apresentado muito maior que na década anterior. Porém, ressalta-se a importância para observação que diante das evidências históricas as altas taxas de crescimento observadas neste século e na década de 1950, segundo a CEPAL (2009) a América Latina manteve altas taxas no crescimento do produto interno e um certo superávit na balança comercial frente a melhora nos termos de troca e a expansão do mundo desenvolvido.

Gráfico 20 – Transações Correntes (1995-2018)



Fonte: BCB-DSTAT

Os resultados negativos das transações correntes de 2008 a 2018 preocupam diante da dificuldade de recuperação da economia brasileira. No entanto, verifica-se que a partir de 2014 uma tendência de recuperação gradual, apresentando queda no ano seguinte com influências da dinâmica eleitoral. A limitação que um determinado país enfrenta para competir no mercado internacional reflete nas transações correntes dessa economia. Nesse sentido, os países das América Latina apresentam déficits crônicos e recorrentes. O Brasil segue a mesma tendência desta região do continente. Para Curado e Porsile (2004), estes desequilíbrios são frutos da incapacidade de competição e atraso tecnológico em relação as economias desenvolvidas. A distinção dada entre uma economia desenvolvida em comparação com uma em desenvolvimento deriva segundo os autores da capacidade da produção e incorporação do progresso técnico.

Enquanto, um país desenvolvido produz e incorpora progresso técnico, economias periféricas limitam-se a incorporar por meio da imitação e aprendizagem (PORSILE & CURADO, 2004). Logo, o desenvolvimento do progresso técnico é essencial para que uma economia se desenvolva, um exemplo no mundo contemporâneo: Hong Kong, com recursos naturais limitados apresenta necessidade de importar maioria das matérias-primas e alimentos, mas tornou-se bastante desenvolvido no setor de telecomunicações o que permitiu por sua vez, atrair a sede de diversas multinacionais.

“...a combinação de reduzido grau de desenvolvimento tecnológico, baixa competitividade externa, capacidade limitada de atração de capitais e valorização da taxa de câmbio apresenta-se insustentável no tempo”
(CURADO E PORSILE, 2004)

É crível que a combinação de fatores como o baixo desenvolvimento tecnológico, baixa competitividade no mercado internacional e a dependência de uma cesta de produtos destinado a exportação que dependa do preço internacional e condições climáticas como

apontado pelos autores Curado e Porsile (2004) colocam o país em uma situação de vulnerabilidade externa, somados a incertezas políticas e inseguranças jurídicas criam um cenário nada satisfatório para atrair capital direcionado a cadeia produtiva, ou seja, investimentos de longo prazo.

Raúl Prebisch argumentava que geralmente os preços dos bens primários tendem a aumentar em menor escala, em um processo mais lento que os bens manufaturados (CEPAL, 2019). Nos anos 2000, o Brasil aproveitou do bônus demográfico interno e chinês, aliado ao aumento da renda média da China consubstanciado em um aumento real na demanda chinesa por proteína. Somados a estes fatores e à autossuficiência em petróleo que, na década de 1970 segundo Hermann (2011) era um dos principais entraves e gargalo da economia brasileira dado a sua dependência e o estímulo a construção civil com o programas como o PAC(Programa de Aceleração do Crescimento) e o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida em paralelo com o estímulo de crédito, dados reduções nas taxas de juros se comparada aos anos 1990 funcionaram como motores dos resultados observados na primeira década do século XXI. Porém, a não observância para as contas nacionais em especial as transações correntes que obtiveram resultados piores a partir de 2009 que os observados na década de 1990 contribuíram para os resultados na segunda década deste século. Para Prebisch, CEPAL (2019) a balança de pagamentos era limitante ao crescimento dos países em desenvolvimento e constituía-se em um gargalo que atrasava a industrialização. Para verificar as possibilidades de crescimento (CEPAL, 2019) em uma versão simplificada deve-se observar:

$$\frac{y^i *}{z} = \frac{\varepsilon}{\pi}$$

Sendo:

- y^i a taxa de crescimento da renda do país “ y^i ” com equilíbrio na balança de pagamentos;
- Z a taxa de crescimento do resto do mundo;
- ε , a elasticidade-renda da demanda por exportações
- e π , a elasticidade-renda da demanda por importações.

A relação entre a de uma economia y e das demais economias $\frac{y^i *}{z}$ podem ser obtidas através das rendas relativas $\frac{\varepsilon}{\pi}$. Isso supõe (CEPAL, 2019, p.5) deixar a um lado nas análises dadas tanto os movimentos de capitais quanto nas mudanças dos preços relativos.

“Y si bien la internalización há progresado en el comercio entre los mismos países periféricos, com condiciones estructurales que sólo en parte responden en las exigencias dinámicas del desarrollo.” (PREBISCH, 1980 p. 2)

Neste aspecto, a observação de Presbich (1980) não deixa de ser coerente, pelo contrário. Nos anos 2000, a intensificação do comercio internacional deu-se com a criação dos BRICS formado por países emergentes: Brasil, Rússia, Índia e China em 2001 e com entrada da África do Sul em 2011. O PIB per capita abaixo destes países, com exceção da Rússia, fica abaixo de U\$S 10.000,00. Entretanto, entre 2000 e 2008, os indicadores da indústria permaneceram quase que inalterados, o que implicaria em uma redução no adensamento das cadeias produtivas, que além de indicar uma diminuição no valor agregado industrial impacta na balança comercial, uma vez que perdidas as atividades anteriormente realizadas internamente, aumenta as importações de insumos e bens intermediários (CATELA & PORSILE, 2014)

4.3.3 A Incorporação do Progresso Técnico como forma de Superação do Subdesenvolvimento

O progresso técnico de acordo com Celso Furtado constitui-se de uma expressão vaga que no uso geral podia cobrir um conjunto de transformações sociais que são capazes de permitir um processo de acumulação a economia e conseqüentemente a reprodução do capitalismo (D'AGUIAR, 2013 p. 204). Prebisch (1980) todavia, considerava que as mutações que ocorrem no capitalismo não se cessariam. As evoluções devem ocorrer (PREBISCH, 1980) na técnica e na forma em que os frutos se distribuem na estrutura social que tende a mudar continuamente, existindo entre esses fenômenos relações de estreita independência. Segundo o autor, a técnica nasce e se desenvolve nos países com as economias e estruturas produtivas mais avançadas, sendo fruto do crescimento, retenção e concentração. E embora, fosse internamente redistribuída, não era disseminado para o resto do mundo frente a queda nos preços (PREBISCH, 1980).

Furtado, em D'Aguiar (2013) enfatiza que a acumulação significa transferir para o futuro os recursos disponíveis no momento, dado que em uma economia de mercado o capital sofre uma remuneração, tendo por finalidade este, que a reprodução nas estruturas sociais exija gerar uma elevação da produtividade. Todavia, as transformações na

ausência da disponibilidade de recursos (naturais, tecnologia e demanda final) a acumulação por si só, levaria a um ponto de saturação da economia.

Desse modo, mudanças na redistribuição de renda com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais também constitui abertura para novas fontes de acumulação, mas não é capaz por si só, de impedir na chegada ao ponto de saturação que segundo Furtado em D'Aguiar (2013), o mesmo poderia acontecer com descoberta de novos recursos naturais em melhor qualidade e/ou quantidades mais abundantes como também efeitos positivos de novas frentes nos mercados externos para comercialização, mas nada disso segundo Celso Furtado é capaz de modificar a tendência de rendimentos decrescentes na medida que acumulação se tornasse redundante (D'AGUIAR, 2013, p. 204-205).

Previsão de Celso Furtado ou não para a economia brasileira, o Brasil parecia caminhar em direção ao desenvolvimento indicando que abortaria o subdesenvolvimento crônico e aparentemente evidenciava um período de avanços no progresso técnico, nos anos 2000. Observa-se neste período estas características citadas por Furtado: o país em meio a descoberta do pré-sal (2006) viu-se autossuficiente em petróleo que havia sido fantasma na década de 1960/1970 e um dos principais gargalos da economia brasileira conforme Hermmann (2011). Assim, com o fortalecimento do comércio exterior e o crescimento da China, redistribuição de renda reduzindo as desigualdades sociais, o Brasil chegou a ser a sexta maior economia do mundo em 2011 e atingiu um volume considerável de reservas internacionais. Contudo, nada disso foi suficiente para modificar e passar para um próximo passo de maturação e atingir maiores avanços na economia com incrementos e investimentos em tecnologias e pesquisas que permitissem inovação aumentando o progresso técnico nas estruturas produtivas.

O Brasil, após período de bonança chegou a um ponto de saturação¹, mesmo tendo apresentado todos os elementos necessários, elencados por Celso Furtado em D'Aguiar (2013) para obter avanços no progresso técnico e uma elevação nos níveis de produtividade. A partir de 2008, as transações correntes brasileiras despencaram apresentando resultados piores que os observados no final do século XX (Vide Gráfico 21). E a partir de 2013 a economia brasileira começou a dar sinais de recessão técnica e que uma possível crise era iminente. Neste caso, na ausência de novos produtos, segundo Furtado em D'Aguiar (2013) e maior eficácia nos processos e estruturas da cadeia produtiva como também a adoção de métodos que fossem mais eficientes ao processo acumulativo é insuficiente para prosseguir sem maiores obstáculos tendo enfatizado que

por um certo período de tempo a acumulação tenderia a se manter com o processo de diminuição das desigualdades sociais ou por meio de uma queda no uso da força de trabalho. Entretanto, o autor destaca as contradições que segundo ele, a acumulação se manteria frente a introdução de novos bens ou serviços sem a necessidade de uma mudança nas eficiências produtivas, mas tecnicamente exigiria uma crescente elevação nas desigualdades sociais. Em suma, o desenvolvimento econômico e social se articularia em torno das eficiências nos processos produtivos e na crescente diversificação dos bens e serviços. (D'AGUIAR, 2013).

“...a absorção de progresso técnico em uma sociedade competitiva implica em forte acumulação e esta, per se, engendra pressões sociais no sentido de redução das desigualdades sociais.” (FURTADO in. D'AGUIAR, 2013, p. 209)

Celso Furtado argumentava que as ações das inovações técnicas e o processo de acumulação do capital deveriam ser tratados em conjuntos, assim conciliava a reprodução de privilégios com o apelo da população. Na ausência dessa combinação observa-se um conflito entre as pressões sociais por parte da população e a reprodução de alguns privilégios no processo de acumulação e inovação técnica como pode ser observado, em 2019, no Chile.

Rodríguez (2009), o progresso técnico das economias desenvolvidas traduziu-se em um grande aumento na quantidade de capital por unidade de mão de obra e, em uma relativa homogeneização da densidade de capital nas diversas atividades produtivas. Este postulado se une a um pressuposto adicional: à medida que a densidade de capital aumenta _e, com ela, eleva a produtividade do trabalho e salários_ há um incremento da produtividade do mesmo capital que possibilita a sua remuneração conservar níveis compatíveis com a continuidade da acumulação. Em relação a este aspecto do progresso técnico, afirma-se que somente no plano abstrato, as inovações podem ser divididas entre: as destinadas a economizar mão de obra e aumentar sua produtividade por meio de uma maior quantidade de capital por homem e as que são destinadas a elevar a produtividade do capital (RODRÍGUEZ, 2009).

Na prática, essas transformações ocorrem simultaneamente e com cada processo de inovação é possível aumentar também simultaneamente a produtividade dos fatores (RODRÍGUEZ, 2009). Neste contexto, sustenta-se que as tecnologias geradas nos países

nos países centrais obrigam a combinar trabalho e capital em proporções fixas e que se moldam nos processos produtivos de grande escala, sendo excessiva em relação às dimensões das economias que apresentam um menor desenvolvimento e amplitude de mercados. Assim, a elevada densidade de capital, “rigidez” e a proporção com que se combinam os fatores e as indivisibilidades de escala são os traços fundamentais das técnicas geradas nos países desenvolvidos.

Desse modo, o progresso técnico apresenta uma melhor visualização quando observada na indústria e em atividades nas quais a indústria dos países periféricos não tem domínio devido à baixa especialização característica da periferia. Assim, a baixa especialização e heterogeneidade produtiva fundamentam a desvantagem desses países. Entende-se que o problema do desenvolvimento econômico nestes países está relacionado com a exigência primordial do progresso técnico na agricultura e atividades afins (SILVA & MARCATO, 2013). Na visão de Silva e Marcato (2013), Schumpeter tem uma contribuição fundamental para o entendimento do papel crucial da inovação no processo de concorrência capitalista e nas suas implicações de assimetrias. Cassiolato e Lastres (2013) evidencia as contribuições de Fabio Eber que consideravam o desenvolvimento como sendo um processo único e não linear. Eber criticava o desenvolvimento por meio das substituições de importações, adaptações e reproduções dados que a mobilização do progresso técnico e a endogeneização dos processos inovativos que são considerados os principais fatores e determinantes no processo de acumulação capitalista, essencial ao seu desenvolvimento. Uma vez que, os avanços tanto nas cadeias produtivas com incremento de novas tecnologias quanto nas organizações e instituições são resultados de inovação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito heterogeneidade estrutural desenvolvido pela CEPAL para explicar os altos níveis de subemprego e as assimetrias na estrutura produtiva dos países latino americanos em relação as economias mais desenvolvidas _ nestas, coexistem setores e segmentos setoriais altamente modernos, desenvolvidos e com elevada aplicação de capital com estruturas pouco desenvolvidas e atrasadas. No Capítulo 2 focou em revisar teoricamente os principais determinantes que caracterizam a heterogeneidade estrutural. O manifesto que fundamentou a CEPAL, Prebisch (1949) evidenciou a difusão “lenta e desigual” do progresso técnico em escala internacional como um ponto de partida para explicar a origem das diferenças entre o nível de desenvolvimento dos países (CEPAL, 2019). Segundo a CEPAL (2019) é a partir do movimento desigual da tecnologia que surgem duas estruturas polares, o centro e a periferia, que se perpetuam de maneira endógena no tempo. Desse conceito, a partir de uma abordagem estruturalista surgiu os Arranjos Produtivos Locais (APLs), no final da década de 1990 para inícios dos anos 2000, uma adaptação das economias de aglomeração para a realidade dos países em desenvolvimento como forma de superar o subdesenvolvimento e atraso econômico, como enfoque multidimensional.

Em 2007, na América Latina a Venezuela já apresentava grau de heterogeneidade muito próximo a um quadro de elevada HE e se nada fosse feito no sentido de reduzi-la, continuaria aumentando. Na Bolívia o grau de heterogeneidade era crítico no mesmo ano. O Chile país que na América do Sul apresentava um menor grau de heterogeneidade estrutural neste mesmo ano porém, as reformas estruturais que ocorreram nas últimas décadas em sua maioria positiva negligenciaram a capacidade da classe média e pessoas menos favorecidas economicamente em arcar com custos elevados nas áreas da saúde e educação, apesar do PIB per capita chileno de U\$S 15.346,45 (2017) ser elevado em comparação as economias latino americanas é 3,8 vezes inferior ao PIB per capita norte-americano: U\$S 59.531,66 (2017).

Na ausência da combinação de interesses observa-se um conflito entre as pressões sociais por parte da população e a reprodução de alguns privilégios no processo de acumulação e inovação técnica conforme foi evidenciado por Furtado em D’ Aguiar (2013). Squeff e Nogueira (2013) em estudo realizado concluíram que para reduzir as desigualdades sociais é preciso aumentar a produtividade na economia brasileira. Caso contrário, o risco seria de um nivelamento por baixo com um empobrecimento da

economia como um todo como ocorreu na Venezuela, país que apesar de apresenta um menor índice de Gini (Gráfico 6) que o Brasil enfrenta sérios problemas políticos, econômicos e sociais, apesar de ter experimentado desemprego na marca dos 10% entre 1959 e 1983 com inflação controlada e crescimento médio neste período de 4,3% ao ano. Segundo a OCDE, na década de 1970 os venezuelanos apresentavam o maior poder de compra entre os países da América Latina, quase três vezes maior que a dos brasileiros.

A produtividade que mais cresceu, nos setores médios da economia brasileira, foi da Agricultura. Avanços técnicos continuam sendo necessários à agricultura como forma de aproveitar os efeitos do transbordamento desta, para outros setores e segmentos da economia. Também foi visto que o agronegócio representa um quinto da geração de empregos no país. No entanto, estimular outros segmentos é essencial para que o país retomar o crescimento do país. Conforme Rodríguez (2009) citando Aníbal Pinto, na medida que a população se adequa a um determinado de vida, a saída para a retomada do crescimento dar-se-ia pela redução da heterogeneidade, ou seja, reduzir as assimetrias produtivas e como concluiu Soares (2013), por meio da decomposição do índice de Theil: Uma redução mesmo que incipiente, no grau de heterogeneidade estrutural contribui para reduzir as desigualdades sociais. O setor de serviços correspondeu em torno de 60% em 2016, 70% em 2017 e em 75,8% do PIB em 2019, segundo IBGE. Embora, o setor apresente elevada assimetrias, há segmentos modernos e que exigem tanto mão de obra especializada quanto um elevado nível capital. Portanto, este trabalho apresentou uma outra argumentação, contrária ao senso comum _ que dada uma mudança estrutural na década de 1990 e início dos anos 2000, com a realocação da mão de obra em serviços impactou a indústria. Não há evidência de doença de custos como foi colocado na análise da produtividade e os efeitos composição da decomposição da produtividade que explicam os ganhos ou perdas de um setor devido a realocação de mão de obra. No efeito nível que mede os ganhos por eficiência intrasetorial a indústria apresentou baixo desempenho. É necessário identificar segmentos chaves nos setores de serviços e na indústria, que possam dinamizar a economia _ por meio do efeito de transbordamento para outros setores e/ou segmentos _ para induzir com pesquisas e desenvolvimentos (P&D) direcionadas, incrementar novas tecnologias e estimular a inovação.

Em relação, as mudanças estruturais ocorridas na década de 1990 com a estabilização da economia, criação do SUS e programas de vacinação tiveram efeitos positivos sobre a taxa de mortalidade de 1990-2014. A estabilização da economia contribuiu também para

a redução no percentual de domicílios abaixo da pobreza, que apresentou queda na segunda metade dos anos 1990, mantendo-se estável após uma redução significativa no primeiro momento e apresentando uma queda ainda maior na década seguinte quando se intensificaram os programas de redistribuição de renda, com a valorização do salário mínimo e programas de transferências de renda, contribuindo para uma queda gradual na desigualdade social. No entanto, é importante deixar explícito que houve uma maior concentração de renda entre o 1% mais rico da população brasileira entre 2006-2014 (ONU, 2017). Portanto, pode se dizer que torna evidente um “nivelamento por baixo” na redução das desigualdades sociais e um possível achatamento da classe média. Embora, houve queda significativamente no número de domicílios com saneamento básico adequado na década de 1990, a mesma trajetória de queda consecutivas, não pode ser verificada nos anos 2000, sendo esta, uma variável essencial para o desenvolvimento econômico de qualquer país. O Sistema Único de Saúde brasileiro funcionou com um dos maiores redistribuidor de renda contribuindo, inclusive para a redução na mortalidade infantil.

Na primeira década, do presente milênio, constatou-se os efeitos positivos de ter os principais produtos da pauta de exportação valorizados quando o preço das commodities se elevaram no mercado internacional, apreciou-se os termos de troca da economia brasileira. Por outro lado, em um futuro não muito distante, o mundo pode sofrer uma nova revolução industrial. A partir do momento, que algum país domine uma nova tecnologia como a 5G no setor de telecomunicações ou a nanotecnologia por completo, sairá na frente dos demais como aconteceu com a Revolução Industrial inglesa e outras que vieram depois.

No setor agropecuário e indústria alimentícia, a partir do domínio completo da nanotecnologia e redução dos custos para produção em escala: Não será mais necessário grande criatórios de aves ou gado para produção de carnes (MORRIS & COOK, 2018). O domínio dessa nova tecnologia empregada na produção de carnes poderá ser estendido para produção de outros alimentos. Em 2016, a *USDA*, Instituto Nacional de Alimentos e Agricultura dos Estados Unidos destinou recursos financeiros a onze universidades americanas para pesquisas em nanotecnologias empregadas no desenvolvimento alimentício e produção agrícola. De acordo com o professor da Universidade de Maastrick (Holanda), Mark Post o hambúrguer desenvolvido a partir de células tronco de músculo bovino poderá chegar aos supermercados a partir de 2021.

Uma nova Revolução Industrial pode surgir a partir do momento que algum país tenha domínio completo da nanotecnologia, modificando os rumos da agropecuária, indústria, construção civil e diversos segmentos da economia ou até mesmo com o 5G que poderá ser um divisor de águas para os ganhos de produtividade na indústria. Segundo a CNI (2018) o desenvolvimento e evolução da nanotecnologia no Brasil depende de uma maior aproximação entre o conhecimento (universidades e instituições de ensino) e a indústria.

REFERÊNCIAS

- BIELSCHOWSKY, R. Prebisch e Furtado. **O manifesto latino-americano e outros ensaios**, [s. l.], n. 1949, p. 7–14, 2011.
- BIELSCHOWSKY, R. **Cepal 50 Anos**, Vol 2. Rio de Janeiro, 2000.
- CEPAL. **La restricción de la balanza de pagos al crecimiento**. Santiago do Chile. 2019. CEPALSTAT. Distribuição da população ocupada segundo o nível de produtividade e sexo < <https://oig.cepal.org/pt/indicadores/distribuicao-da-populacao-ocupada-segundo-nivel-produtividade-e-sexo>>
- CODEGO - Distritos Industriais**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.goiasindustrial.com.br/projetos/distritos_industriais/ok.php?titulo=Anápolis>. Acesso em: 19 nov. 2019.
- Concentração de renda manteve-se estável no Brasil na última década, diz centro da ONU | ONU Brasil**. [s.d.]. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/concentracao-de-renda-manteve-se-estavel-no-brasil-ultima-decada-centro-onu/>>. Acesso em: 19 nov. 2019.
- CATELA, E.; PORSILE, G. Produtividade setorial da indústria brasileira: uma análise dos determinantes a partir de regressão quantílica para painel de dados com efeitos fixos. [s. l.], v. 53, n. 9, 2013.
- CASSIOLATO, J.; LASTRES, H. Inovação e desenvolvimento: a força e permanência das contribuições de Erber. **Inovação e desenvolvimento: a força e permanência das contribuições de Erber**, [s. l.], p. 379–414, 2014.
- CASSIOLATO, J.; LASTRES, H. Sistema de inovação e desenvolvimento as implicações de políticas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, p.34-45, 2005
- CIMOLI, M.; PORSILE, G. Tecnología, heterogeneidad y crecimiento. **Serie Desarrollo Productivo-CEPAL**, Santiago del Chile, 2007.
- CIMOLI, M.; PORSILE, G. Tecnología, heterogeneidad y crecimiento: una Caja de herramientas estructuralista. **Raul Prebisch: Heterogeneidad estructural/Raúl Prebisch del Siglo XXI**, Santiago del Chile, p. 1-11, 2013.
- CURADO, M.; PORSILE, G. Déficit em transações correntes, movimentos de capital e ataques especulativos: uma abordagem estruturalista das recentes crises cambiais na América Latina. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 515–551, 2004.
- DEDECCA, C. S. A redução da desigualdade e seus desafios **Ipea**, Brasília, p. 51, 2015.
- FAGNANI, E. Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964-92. **Cad. FUNDAP**, Campinas, n. 21, p. 1964–92, 1997.

FEIJÓ, C.; CARVALHO, P. Heterogeneidade intra-setorial da produtividade do trabalho na indústria brasileira nos anos 90. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, p. 213–234, 2003.

FINELLO, M.; FEIJÓ, C. O Desenvolvimentismo No Brasil: O Debate Atual. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 35, n. especial, p. 233–262, 2017.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Cultura, 1959

_____. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Cultura, 1961

_____. **Sudesenvolvimento e estagnação na América Latina**. 3ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1968. 127 p. v. 2

_____. **A economia latino-americana**. 4ª Edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 494 p. ISBN 9788535910926.

GÓIS SOBRINHO, E.; AZZONI, C.R. Aglomerações industriais relevantes do Brasil. **TD Nereus**, São Paulo, v. 07, p. 1–32, 2014.

HERMANN, J. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise. In: **Economia Brasileira Contemporânea**. 2ª ed. São Paulo. p. 73–95.

JACINTO, P. A.; RIBEIRO, E. Crescimento da Produtividade no setor de serviços e da indústria no Brasil: dinâmica e heterogeneidade, **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 19 n.3 p 401-427

LA FUENTE, M.; SÁDINZ, P. Participación de los pobres en los frutos del crecimiento. **Revista de la CEPAL**, Santiago del Chile, v. 2001, n. 75, p. 161–170, 2001.

LAUTERT, V.; ARAÚJO, N.C. Concentração industrial no Brasil no período 1996-2001: Uma análise por meio do índice de Ellison e Glaeser (1994). **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 347–368, 2007.

LENZ, M. H. Auge e início do declínio da economia argentina. **Análise Econômica**, Porto Alegre, p. 121–140, 2000.

MACHADO, F. Renda E Produtividade. **Oliver Wyman/ Insper**, São Paulo, [s.d.].

MEDEIROS, C. A. **Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira**. Brasília: IPEA, 2015.

MESQUITA, Benjamin Alvino. Contribuição Governamental Na Ascensão Do Modelo Agroexportador. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, v. número esp, p. 135–147, 2016.

MUNDIAL, Banco. Emprego e Crescimento: A Agenda da Produtividade. [s. l.], p. 1–106, 2018.

NOGUEIRA, M.; OLIVEIRA, J. M. Uma Análise Da Heterogeneidade No Brasil Na Última Década. **Texto para Discussão**, Brasília, 2014.

HOLLAND, M.; PORCILE, G. Globalización, especialización y heterogeneidad estructural en México. **Heterogeneidad estructural, asimetrías tecnológicas y crecimiento en América Latina**, [s. l.], p. 101–126, 2005.

PACHECO, C. A. Novos padrões de localização industrial? tendências dos indicadores da produção e do investimento. **Texto para Discussão**, [s. l.], 1999.

PINTO, A. Natureza e implicações da heterogeneidade estrutural da América Latina in. BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cepal 50 Anos**, Vol 2. Rio de Janeiro, 2000

_____. A concentração do progresso técnico e de seus frutos no desenvolvimento latino-americano. *El Trimestre Económico*, n. 125, ene./mar. 1965

Porsile, G. Heterogeneidade estrutural: conceito e evidências na América Latina, **Economia e Tecnologia**, Curitiba, p. 65-68, 2010

PREBISCH, R. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas Principais. **CEPAL, Boletín económico de América Latina**, Santiago do Chile, v. VII, p. 71–136, 1962.

PREBISCH, R. La periferia latinoamericana en el sistema global del capitalismo. **CEPAL**, Santiago del Chile p. 1-13, 1980

RÍOS-NÚÑEZ, S. Reestructuración del sector agrario1 en Chile 1975-2010: Entre el proteccionismo del estado y el modelo económico neoliberal. **Revista de Economía e Sociología Rural**, Brasília, v. 51, n. 3, p. 515–533, 2013.

RODRIGUES, C. Roberto Simonsen e Eugênio Gudín: origem de um debate ainda não superado na economia brasileira. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 23, p. 129–154, 2018.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. 4ª Reimpressão, São Paulo: Companhia de Bolso, 2015. 461 p. ISBN 9788535916461.

SERRA, J. Aníbal Pinto e o desenvolvimento latino-americano. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 1–18, 1998.

SILVA, C.W.; et al. **Arranjos produtivos locais e desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 2017

SILVA, M.; SILVEIRA NETO, R. Dinâmica da concentração da atividade industrial no Brasil entre 1994 e 2004: Uma análise a partir de economias de aglomeração e da nova geografia econômica. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 299–331, 2009.

SIMÃO, J.; ORELLANO, V. I. Um estudo sobre a distribuição das transferências para o setor de saúde no Brasil. **Estudos Economicos**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 33–63, 2015.

SOARES, S. Textos para Discussão. **CEPAL• IPEA. Texto para Discussão**, Brasília, p. 2–30, 2013.

SQUEFF, G.; NOGUEIRA, M. A heterogeneidade estrutural no Brasil de 1950 a 2009. **Textos para discussão cepal • ipea 51**, Brasília, 2013.

STURM, R.; NOHLEN, D. La heterogeneidad estructural como concepto básico de la teoría de desarrollo. **Revista de estudios políticos**, Madrid, n. 28, p. 45–74, 1982.

SUNKEL, O. La dependencia y la heterogeneidad estructural. [s. l.], v. 197, p. 3–20, 2000.

VELOSO, F. et al. O Brasil em Comparações Internacionais de Produtividade: Uma Análise Setorial. **FGV**, Rio de Janeiro, p. 63–107, 2017.

VIEIRA, J. C. Experiência de arranjos produtivos locais em Goiás: uma perspectiva para a segunda geração. In: **Arranjos produtivos locais e desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 2017, p. 81–90.

VIEIRA FILHO, J. E. Brecha produtiva internacional e heterogeneidade estrutural. **Boletim Radar**, Brasília, n. 1998, 2010.

29º PERÍODO DE SESSÕES DA CEPAL, 2002, Brasília. Globalização e Desenvolvimento. **CEPAL**. Brasília: CEPAL, 2002.